

# Cooperativas renovam contratos

LUIZ FREITAS  
DA EQUIPE DO DIÁRIO DE NATAL

Frankie Marcone/DN



A governadora Wilma de Faria e a prefeita Mícarla de Sousa assinaram a renovação possibilitando a retomada do atendimento aos pacientes do SUS

Trinta e quatro. Esse foi o número de dias necessários para que os gestores da saúde pública norte-rio-grandense pusessem fim ao capítulo mais urgente da crise pela qual passa o setor: o restabelecimento da oferta de profissionais médicos nos hospitais da rede privada conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS). A solução encontrada foi a renovação dos contratos com as cooperativas médicas. Ao assinarem, na manhã de ontem, na Secretaria Estadual de Planejamento, os contratos com as cooperativas dos médicos (Coopmed), dos anestesistas (Coopanest) e de cirurgia pediátrica (Cipen), a prefeita Mícarla de Sousa e a governadora Wilma de Faria permitiram o retorno imediato dos médicos aos hospitais - em regime de mutirão e carga horária estendida - para atender uma demanda reprimida de cerca de dois mil procedimentos cirúrgicos de alta complexidade que se avolumaram desde o início da crise.

O município de Natal assumiu os contratos com as cooperativas, com a intervenção do Estado. A Prefeitura irá arcar com 40% das despesas e o Governo fará o repasse dos 60% restantes, como já ocorria anteriormente. A contratação foi feita por um período de seis meses, renováveis por outros seis meses. O contrato global para esse período é de R\$ 8.502 milhões, dos quais o Estado irá assumir R\$ 5,1 milhões e a Prefeitura R\$ 3,4 milhões. Os representantes dos 480 profissionais da Coopmed, 120 da Coopanest e nove da Cipen têm a missão de reverter o quadro de filas de esperas nos hospitais por cirurgias, principalmente nas especialidades de oncologia - a Liga contra o Câncer registra mais de mil pacientes - e de cirurgias ortopédicas - mais de 430 no Walfredo Gurgel.

## AJUSTAMENTO

"A contratação das cooperativas é

uma medida emergencial. Não poderia de forma alguma cruzar os braços e apagar o incêndio só quando resolvessemos todo o problema. Temos agora que prevenir novos incêndios, implementando uma nova política, uma nova gestão da saúde. Não estou aqui para brincadeiras. Precisamos mostrar que as cooperativas estão entrando para fazer a diferença", afirmou a prefeita Mícarla de Sousa, que se antecipou à assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público Estadual - o instrumento conta até o momento com a adesão apenas do Governo do Estado - e assinou os contratos quase que à revelia do MP, que se viu obrigado a recuar do seu posicionamento inicial.

O agravamento da crise da saúde - que envolveu antes greves e desabastecimentos - se deu após a recomendação do Ministério Público Estadual (MP) à Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) de que os contratos

com as cooperativas médicas não fossem renovados, por serem considerados ilegais pelo MP - apesar de doze anos de contratação contínua. Fim dos contratos no dia 31 de dezembro de 2008, iniciou-se uma celexma a partir do dia 1º de janeiro de como dar continuidade à assistência médica nos hospitais. Incapazes de darem uma resposta efetiva ao problema, os envolvidos se digladiaram sobre a legalidade da contratação das cooperativas médicas em meio à batalhas jurídicas e verbais. Entretanto, a alternativa imediata encontrada foi mesmo a da renovação, desde que por tempo determinado - proposta colocada pelo próprio Ministério Público que elaborou ainda um TAC, prevendo várias medidas a serem tomadas pelos gestores, durante o prazo de vigência dos contratos.

"Estamos na Prefeitura há apenas 30 dias. O próprio nome já diz que é um termo de ajustamento de conduta, mas as condutas vinham sendo feitas pela administração passada. Qual é a nossa

conduta que devemos ajustar? Há várias questões técnicas que estão sendo discutidas, diversos pontos que não concordamos. Mas não posso parar o atendimento esperando que isso se resolva. Há vários pontos a serem vistos e discutidos. Precisamos de prazos para saber se as medidas que estamos adotando são interessantes ou inócuas", Mícarla de Sousa, prefeita de Natal.

A prefeita disse ainda que encontrou na saúde pública do município um verdadeiro caos. "Durante todos esses anos os gestores não tiveram o cuidado de fazer um hospital municipal para Natal. Essa falta faz com que hoje tenhamos que ter os contratos com os hospitais da rede conveniada. Por isso não podemos pegar os nossos profissionais, que são concursados para trabalharem em locais públicos, e colocá-los para trabalhar em locais privados. É um gargalo que temos que ultrapassar", disse a prefeita.

Durante a assinatura do contrato, a governadora Wilma de Faria falou

sobre a necessidade de pulso firme na condução da saúde. "A gestão é do governo", disse. Ela afirmou que a assinatura da TAC mostra "nossa disponibilidade de fazer com que a rede funcione em sua plenitude". Mas ela lembrou que isso só será possível se os municípios cumprirem o seu papel de fornecer assistência básica à população, "para que possamos cumprir a nossa parte que é a alta complexidade".

"Toda essa questão da saúde só vai se resolver quando a população entender e o Ministério Público estiver presente para exigir o cumprimento de todas as ações previstas pela lei para a saúde, do Governo Federal, que deveria investir mais, pois há um subfinanciamento do sistema, dos governos estaduais e municipais. Se não for assim não funciona bem. Sabemos que 90% da população do estado precisa do SUS. O governo está fazendo sua parte, investimento muito nessa área. Mas precisamos que todos os atores cumpram também sua parte", afirmou.

## Médicos retomam o atendimento

O presidente da Coopmed, Másson Vidal, afirmou esperar que "essas coisas não se repitam mais, que o sofrimento desnecessário para a população não volte a ocorrer e que se planeje a saúde pública do Rio Grande do Norte de modo que se evite essas crises. A cooperativa não criou essas condições de dificuldades ao sistema, ao contrário, ela fez parte ao longo de 12 anos do SUS potiguar", disse.

Ele reafirmou a disposição dos médicos em restabelecer imediatamente o serviço. "Já existem esquemas com

equipes aguardando apenas a assinatura dos contratos para iniciarem as cirurgias. Trabalharemos inclusive nos finais de semana e com carga horária dobrada se for necessário. O ritmo de trabalho vai depender mais da capacidade de dos hospitais que dos médicos", disse.

Ele explicou que os anestesistas vão deixar de trabalhar no regime de plantões e assumir o esquema de produtividade, limitado a um teto de R\$ 500 mil mensais. Ele ressaltou ainda que a cooperativa não quer mais trabalhar nos hospitais públicos.

# Sindmed cobra planejamento dos gestores

Para o presidente do Sindicato dos Médicos do RN (Sindmed), Geraldo Ferreira Filho, superada a crise inicial, a hora é dos entes envolvidos fazerem um grande planejamento para evitar a repetição de casos semelhantes. "A população não aceita mais ser submetida a esses vexames de dor e sofrimento. Ela que é o elo frágil da cadeia e que precisa da assistência. A Prefeitura discutiu uma série de ações para dar eficiência à assistência à saúde da população, com organizações sociais assumindo a administração de postos de saúde, como ocorre em São Paulo, e sendo cobrada

por metas e resultados", disse. Segundo Geraldo Ferreira, a Prefeitura também iria intervir na administração dos hospitais estaduais. "A Prefeitura quer um serviço adequado nesses hospitais porque ela não faz os repasses para que pacientes fiquem pelos corredores".

O dirigente foi contundente nas críticas ao Ministério Público Estadual, na pessoa das promotoras da saúde Iara Pinheiro e Elaine Cardoso. "Ninguém é dono nem guardião das políticas e da gestão da saúde. O MP está profundamente ideologizado. Ele precisa se abrir para compreender a noção de gestão

da saúde e o papel que os outros entes têm nesse processo. Entendemos que o sistema funciona no nível público, com complementação da iniciativa privada sem fins lucrativos e entidades filantrópicas. Mas o MP, devido a profunda carga ideológica de seus membros atuais, quer impor ao gestor um modelo de saúde exclusivamente com a rede pública. Isso só quem pode definir é o gestor, somente a ele compete definir as políticas e prioridades. É preciso que os membros atuais entendam qual a função deles na Promotoria de Saúde porque estão querendo se comportar como gestores, usurpando a função de quem foi eleito para isso", disse. Geraldo Ferreira criticou vários pontos do TAC elaborado pelo MP, como a necessidade do município informar obrigatoriamente ao MP, com 30 dias de antecedência, a escala de plantão dos médicos que atuariam nos hospitais privados. "Não há essas escalas, os médicos são autônomos e marcam as cirurgias nos horários adequados para eles, para os pacientes e para o Centro Cirúrgico", explicou.

Ele considerou "irresponsável e criminosa" a recomendação de desativar por um período de seis meses, os ser-

viços de pediatria, clínica médica e cirurgia geral no hospital Deoclécio Marques, em Pamamirim, para que sejam oferecidos serviços exclusivos de trauma-ortopedia. "Constam tantos absurdos no TAC que ele não será assinado pela prefeita", avaliou.

Outro ponto seria a cessão de profissionais pela Sesap, durante 180 dias, para os hospitais Varella Santiago e Luiz Antônio. "É impossível. O servidor público só pode ser cedido para outro órgão da administração pública", disse.

## Polícia Civil recebe 100 novas pistolas Taurus .40

A Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (Sesed) anunciou na manhã de ontem a entrega de 100 pistolas Taurus calibre .40 para a Polícia Civil. Além disso, Agripino Oliveira Neto, à frente da pasta, comunicou um convênio firmado com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça de R\$ 666 mil para a construção e reformas de delegacias no estado. Para a próxima semana, foi prometida a chegada de armamentos e equipamentos para as polícias civil e militar.

Segundo o secretário Agripino Neto, as pistolas foram adquiridas a partir do convênio nº 081/08 entre o Governo do Estado e o Ministério da Justiça. Na próxima semana, a Sesed receberá um lote com 12 mil munições de .40 (usadas em pistolas e submetralhadoras) e 20 mil para fuzil 5.56. Outro convênio visa a construção de duas delegacias e reparos em distritos policiais e bases comunitárias.

Agripino Neto considera que a quantidade de armas adquiridas "ainda não é o número ideal, mas estamos trabalhando gradativamente para conseguir melhorias junto à segurança pública do estado".

O Delegado-Geral Elias Nobre acredita que a aquisição das pistolas contribui para a melhoria da segurança tanto dos policiais quanto da sociedade. Ele informou que as armas serão distribuídas para os efetivos da Polícia Civil, tanto na capital quanto no interior do estado. "A aquisição dessas armas será revertida em ações práticas para melhorar a nossa segurança, motivando os policiais, substituindo os velhos revólveres calibre 38 por pistolas".

Elias Nobre revela que uma das delegacias a serem construídas será a 13ª DP da Redinha. Atualmente ela está funcionando em uma casa alugada no bairro. "Vamos utilizar um antigo prédio do estado, onde já funcionou antigamente a delegacia da Redinha, e hoje está desocupado. Vamos demolir o prédio e construir um novo. Ele fica num ótimo ponto, na Avenida João Medeiros Filho, nas proximidades da ponte Newton Navarro", explica.

O Delegado-Geral informa ainda que as delegacias de plantão, tanto da Zona Norte quanto a da Sul, passarão por reformas. "Tudo dentro das prioridades da Polícia Civil". Elias Nobre diz que está entre os projetos da polícia a construção de uma Delegacia Especializada de Furtos e Roubos (Defur) em Pamamirim, "desafogando os dois distritos policiais".

Ele ainda afirma que a criação da Divisão de Homicídios será possível somente após a formação do novo efetivo que será contratado com o concurso a ser realizado este ano. "Mas é um projeto que vamos viabilizar ainda na nossa gestão", assegura Elias Nobre.

## SAIBA MAIS

A Sesed anunciou ainda que em breve receberá 100 granadas de gás lacrimogêneo para uso dos policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar. Outro convênio trará 100 armas não-letais do tipo pistola de onda Taser. Essa pistola age sobre o sistema nervoso central, paralisando a pessoa atingida por alguns segundos. Ainda 250 rádios portáteis, 400 fones de ouvido para rádios portáteis são aguardados para este mês.

www.colegioprince.com.br  
**MATRÍCULAS ABERTAS**  
 Berçário, Educação Infantil  
 e Ensino Fundamental  
**3642.2758**  
 R. 149, 2099-9, Jd. São Melo, 1467 - Capim Alegre

Novas férias  
**RELAXE.**  
 Consulte as vantagens e vantagens, e no  
**TROKAUTO.**  
 Preço  
 Michelin  
 A partir  
 R\$ 229,00  
**TROKAUTO**  
**3615-1040**



Divulgação  
 Delgado reintegrou aluno

**Justiça federal  
 manda UFRN**

# Crise se agrava com mais demissões de médicos de hospitais públicos

A crise na rede estadual de saúde ainda não acabou, nem mesmo a assinatura do novo convênio com as cooperativas médicas pela Prefeitura conseguiu amenizar a situação. A situação pode se agravar ainda mais porque alguns médicos irão pedir demissão nos próximos dias. Ontem, mais um profissional, a anestesista Sara Costa, saiu direto do seu plantão no Hospital Santa Catarina para requerer a exoneração. Geraldo Ferreira, presidente do Sin-med, informou também que **mais quatro ortopedistas, recém-concursados para o Walfredo Gurgel não irão continuar no serviço público.** "A equação é muito simples. Salários baixos e péssimas condições de trabalho. O SUS tem sido sucateado esses anos todos a ponto de depender das cooperativas para funcionar", disse Geraldo.



Heracles Dantas

POLÍTICA, PÁGINA 3

Prefeita Micaela de Sousa visitou ontem, ao lado do secretário Levi Jales, crianças operadas no Hospital Infantil Varela Santiago

Heracles Dantas

# Demissões podem agravar crise na saúde estadual

A crise na rede estadual de saúde ainda não acabou. Após o otimismo que se espalhou depois da assinatura do novo convênio com as cooperativas médicas pela Prefeitura, as lacunas da rede estadual, que preferiu continuar apenas com os concursados, já começam a aparecer. A situação pode se agravar ainda mais porque alguns médicos irão pedir demissão nos próximos dias.

O primeiro passo foi dado há uma semana quando quatro anes-

tesistas concursados pelo Estado pediram exoneração do quadro. Ontem, mais um profissional, a anestesista Sara Costa, saiu do seu plantão no Hospital Santa Catarina para requerer a exoneração. "A anestesista não agüentou a pressão de trabalhar praticamente sozinha, sem estrutura de material, e ainda ganhar mal para isso", diz o presidente da Cooperativa dos Anestesiologistas, Madson Vidal.

Geraldo Ferreira, presidente

do Sindicato dos Médicos, informou também que mais quatro ortopedistas, recém-concursados para o Walfredo Gurgel não irão continuar no serviço público. "A equação é muito simples. Salários baixos e péssimas condições de trabalho. O SUS tem sido sucateado esses anos todos a ponto de depender das cooperativas para funcionar", diz Geraldo. As entidades médicas irão pedir uma audiência com a governadora Wilma de Faria essa semana para discu-

tir caminhos para a saúde pública do Estado. "Em todo esse tempo, criou-se uma idéia errada de que as entidades médicas eram contra o sistema público de saúde. Muito pelo contrário, somos a favor de uma saúde pública de qualidade", complementa. As dificuldades que o Governo do Estado irá enfrentar nos próximos meses com os hospitais da rede já podem ser percebidas nestes dias. Em fevereiro, o Hospital Walfredo Gurgel, de acordo

com o ortopedista Djalma Carlos, do quadro do hospital, não terá ortopedistas no plantão nos dias sete e 21, ambos sábados. Atualmente, existem 16 ortopedistas trabalhando no Hospital, o que é, segundo Djalma Carlos, muito inferior à necessidade do Walfredo. "Enviei um comunicado ao Conselho de Medicina para reclamar dessa situação. O Walfredo Gurgel está às portas de mais uma crise", diz Djalma.

Segundo informações de um

funcionário do Maria Alice que não quis se identificar, ontem as cirurgias do Hospital Infantil não foram realizadas por falta exclusiva de anestesistas. Os cirurgiões apareceram, mas os anestesistas não. De acordo com Madson Vidal, todas as cirurgias do Maria Alice eram feitas via Coopanest. O Governo do Estado rejeitou a cláusula do novo contrato com as cooperativas que permitia a utilização de médicos cooperados, caso fosse necessário.

## CIRURGIAS Micarla de Sousa visitou ontem crianças que foram operadas

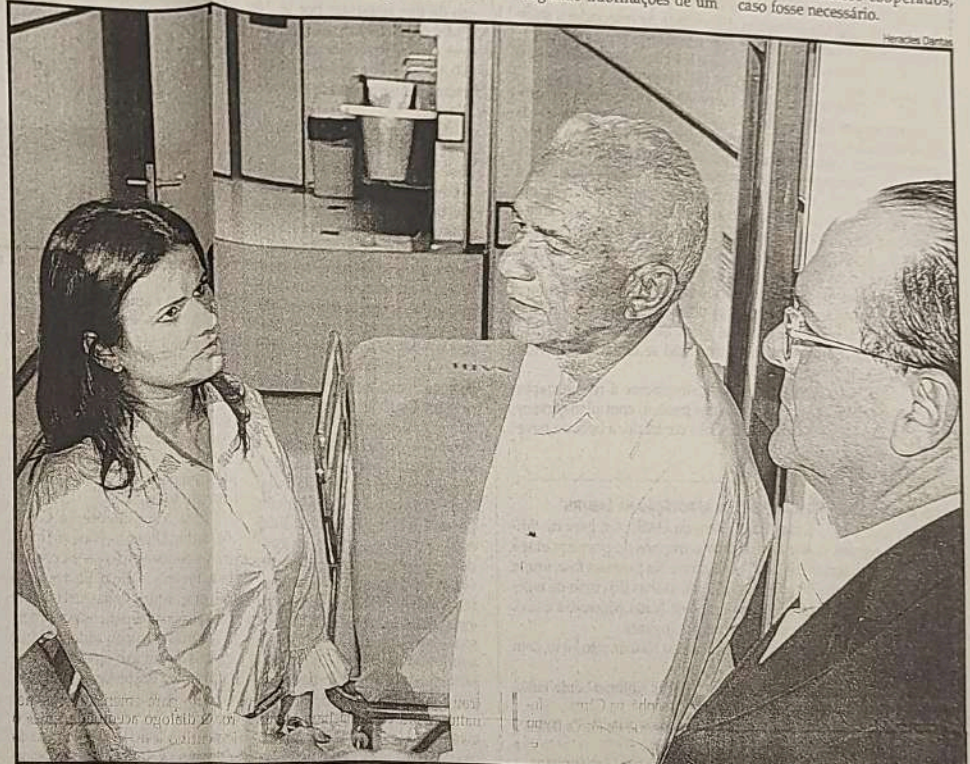
### Palavra de Micarla: postos de saúde reabrem até dia 19

A prefeita Micarla de Sousa prometeu, na tarde de ontem, reabrir até o dia 19 deste mês os quatro postos de pronto atendimento interditados pelo Conselho Regional de Medicina na gestão anterior. A promessa foi feita enquanto Micarla visitava o Hospital Infantil Varela Santiago, para inspecionar o bom andamento das cirurgias eletivas, que foram retomadas na manhã de hoje.

São quatro os postos de atendimento interditados: os postos de Guarapes e Mãe Luiza, a Maternidade das Quintas e o Hospital Sandra Celeste. "Nós retiramos um milhão de reais do orçamento do Carnaval e com esse volume de dinheiro pretendemos reabrir os postos até a sexta-feira de carnaval, ou seja, dia 19", disse Micarla de Sousa.

Até a tarde de ontem haviam sido realizados sete cirurgias no Varela Santiago e 14 na Liga Contra o Câncer. As áreas de cirurgia pediátrica e oncologia eram consideradas as mais problemáticas antes do encaminhamento do fim da crise. "Tenho a sensação do dever cumprido após essas visitas, com a constatação de que o que eu tinha apontado há mais de 20 dias era o mais viável", diz Micarla.

São 1.137 cirurgias na fila e a expectativa dos médicos é que em um mês a situação esteja estabilizada. Embora as cirurgias tenham sido iniciadas, ainda não estão a todo vapor. "Precisamos fazer um grande remanejamento dos pacientes que estão em casa e isso demora um pouco", diz Maria da Penha, diretora médica do Varela Santiago.



Prefeita conversa com o diretor do Hospital Infantil Varela Santiago, Paulo Xavier, observados pelo secretário da Saúde Levi Jales

Frankie Marcone/DN



Após cerimônia de assinatura de contrato na Governadoria, Wilma de Faria e a prefeita Mícarla de Sousa se cumprimentam; atrás, médicos comemoram

## WILMA E MICARLA ASSINAM NOVO CONTRATO COM COOPERATIVAS

O governo estadual e a prefeitura de Natal assinaram ontem um acordo temporário com as cooperativas dos anestesistas,

dos médicos e dos cirurgiões pediátricos para atendimentos aos pacientes de SUS. O cálculo é de pelo menos 2 mil cirurgias penden-

tes devido aos problemas enfrentados após o cancelamento dos contratos. O novo acordo é válido por seis meses. CIDADES, 4

## Prefeita diz que investirá R\$ 300 mi por ano

A prefeita Mícarla de Sousa garantiu ontem que sua administração vai dispor de R\$ 300 milhões por ano para investimentos na cidade. Durante leitura da mensagem anual à Câmara de Vereadores, Mícarla apontou a saúde como prioridade. Disse que em breve anunciará a reforma administrativa. POLÍTICA, 3

## Pesquisa da CNT dá a Lula 84% de aprovação

BRASIL, 4

## Empresários de Petrópolis temem mais alagamentos

## ► Contrato assinado

Micarla de Sousa considera pontos técnicos do Termo de Ajustamento de Conduta importantes, mas afirma que os mesmos ainda estão sendo reavaliados pela SMS

# Prefeita fecha contrato com cooperativas sem assinar TAC

Após muitos impasses e discussão o contrato com as cooperativas médicas dos Anestesiologistas (Coopanest) e dos Médicos do RN (Coopmed) foi assinado. Nesta terça-feira (03), a prefeita de Natal, Micarla de Sousa, assinou os contratos junto as entidades, no entanto, a chefe do executivo municipal não assinou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), proposto pelo Ministério Público (MP). A minuta do contrato foi desenvolvida na tarde de ontem (02), pela Procuradoria do Município Bruno Macedo.

A prefeita afirma que o TAC será revisto, mas que a prefeitura não poderia cruzar os braços para a situação vivida pela população de Natal, e esperar por mais tempo que os contratos fossem assinados. "Alguns pontos do termo estão sendo discutidos", afirma. Micarla fez referência a um dos pedidos do MP, presente do Termo de Ajustamento, que prevê construção de um hospital Municipal pela prefeitura. "Reconheço a necessidade de um hospital Municipal, mas não dá para fazer uma construção dessas em apenas seis meses", enfatiza.

Como medidas da nova gestão municipal, Micarla afalou sobre alguns projetos que serão realizados na cidade, mas que já são bem sucedidos em outras cidades do país. "Conseguimos com o



Ao contratar as Cooperativas, a prefeita Micarla de Sousa explicou mais uma vez a imprensa da capital a urgência da sua medida antes mesmo de assinar o TAC

ministro da Saúde a construção de quatro Unidades de Pronto Atendimento (UPA's) e iremos inaugurar o Hospital da Mulher", afirma. Segundo a prefeita o sistema de UPA no Rio de Janeiro funciona com 99,7% de aproveitamento.

O presidente do Sindicato dos Médicos (Sinmed), Geraldo Ferreira, também par-

ticipou da reunião. Ele, assim como a prefeita, também fez referência a inviabilidade do TAC. Ele afirma que o termo "inviabiliza" os contratos. "Alguns pontos do TAC inviabilizam os contratos", disse. Geraldo afirmou que assinados os contratos, ainda nessa tarde, os atendimentos serão retomados. Ele ainda prometeu

que em pelo menos 30 dias os atendimentos e a fila de espera será regularizada. Pelo menos 2 mil pessoas deixaram de ser submetidas a atendimentos durante esses 30 dias de crise.

### Medidas emergenciais

A prefeitura de Natal publicou hoje, no Diário Oficial

do Município, que irá encaminhar cerca de 10 médicos ortopedistas para atuarem no Hospital Deoclécio Marques em Parnamirim. A unidade hospitalar no último mês, devido a crise na saúde nos hospitais na capital do estado, está sofrendo com superlotação, uma vez que os pacientes que muitos pre-

cisam de cirurgias ortopédicas em Natal foram encaminhados ao Deoclécio.

A portaria de Nº 013/2009 também diz que ficará determinado ao hospital o comprometimento de formar escala de serviço e apuração de frequência da prestação de serviço. O não cumprimento desta portaria por parte dos profissionais implicará em falta funcional grave e levará a abertura do processo administrativo disciplinar.

Além disso, a Prefeitura de Natal divulgou na edição de hoje do Diário Oficial que lançará processo seletivo para contratação temporária de médicos clínicos gerais e pediátras a serem encaminhados para as unidades de pronto atendimento da cidade. Ao todo serão abertas 21 vagas, sendo 11 delas para clínico geral e as demais para pediatria.

A jornada de trabalho será dividida em 20 ou 40 horas semanais, podendo ser cumprida em regime de plantão ou ambulatório, de acordo com as normas vigentes para esta categoria.

As inscrições serão efetuadas no período de 03 a 05 de fevereiro do ano em curso, no horário das 8 às 17 horas. Os interessados deverão efetivar sua inscrição na Secretaria Municipal de Saúde/Núcleo de Cadastro e Lotação - NCL, localizado no Edifício Duval Center, Rua João Pessoa, 634, Centro, no 11º andar, sala 12.

# Município renova contratos com três cooperativas e cirurgias começam hoje

CONVÊNIO, COM RECURSOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS, TERÁ TEMPO DETERMINADO. MAIS 1300 OPERAÇÕES ESTÃO NA FILA

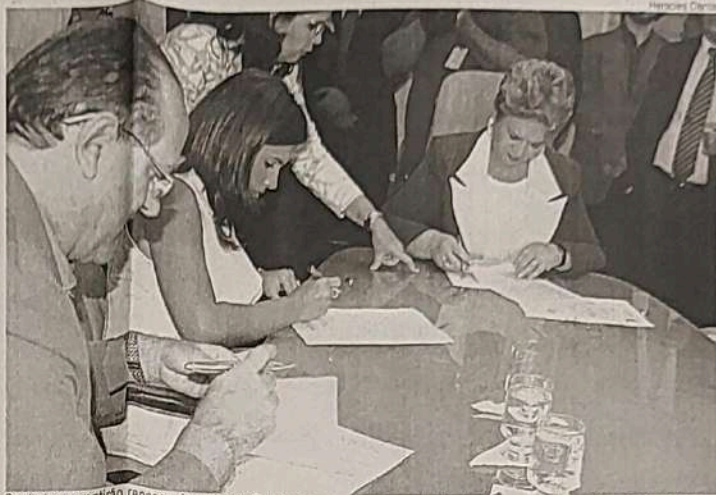
FACIAMI OLIVEIRA

Um mês depois de decretado estado de calamidade na Saúde do Rio Grande do Norte e no município de Natal, coincidindo praticamente com o término do contrato entre o poder público e as cooperativas médicas, a renovação temporária do documento foi assinada no final da manhã de hoje, na sede da Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan). Com isso, os profissionais de diversas especialidades, vinculados à Cooperativa dos Médicos do Rio Grande do Norte (Coopmed), Cooperativa dos Anestesiologistas do RN (Coopanes) e Cooperativa de Cirurgias Pediátricas (Cipem), retomam a prestação de serviço nos hospitais privados conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) ainda nesta tarde. O convênio entre o Estado e Natal contará com 60% de recursos estaduais e 40%, municipais. Ao todo, quatro documentos foram formalizados: um contrato entre cada uma das três cooperativas e o Município e a parceria entre as duas instâncias de poder executivo para o repasse do dinheiro.

A expectativa dos médicos é que as filas de pacientes aguardando por cirurgias marcadas (eletivas) devam

ser eliminadas em pouco mais de um mês porque os cooperados realizarão regime de mutirão, trabalhando 24 horas, para equilibrar a demanda. "Vamos voltar ao trabalho imediatamente para colocar estes procedimentos em dia no menor tempo possível", promete o presidente da Associação Médica do Rio Grande do Norte (AMRN) e representante da Coopmed, Álvaro Barros. O presidente da Coopanes, Madson Vidal, também garantiu que ainda "nesta terça-feira haverá cirurgia para quem precisa".

O saldo dos últimos 30 dias, em relação às cirurgias eletivas, é de mais de 300 pacientes de traumatologia, no Hospital Walfredo Gurgel, e mais de 1000 de cirurgias oncológicas, na Liga Norte-riograndense contra o Câncer, aguardando pelos procedimentos. As especialidades foram as mais prejudicadas com a interrupção dos serviços, que precisam, em média de 1000 procedimentos mensais. "A importância desta renovação é oferecer o atendimento imediato, mas vamos precisar de mais de seis meses para um restabelecimento definitivo", observa o titular da pasta municipal da Saúde, Levi Jales.



Contratos garantindo repasse de verba do Estado para o município e o início dos procedimentos cirúrgicos ainda hoje

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), proposto pelo Ministério Público Estadual (MPE), foi assinado pela governadora Wilma de Faria ontem à noite. "Com a assinatura, mostramos a nossa dispo-

ibilidade para que a rede funcione. Precisamos que os municípios com gestão plena, especialmente os da Grande Natal, cumpram a sua parte para que o Estado possa realizar o que lhe compete, ou seja, a alta com-

plexidade", frisa Wilma. Já a prefeita Micarla de Sousa só deve pactuar com o termo depois de discutir algumas cláusulas, especialmente relacionadas aos prazos para a execução das ações previstas. "Temos

que apagar este incêndio e, ao mesmo tempo, impedir outros. Precisamos de mais tempo para, por exemplo, implantar um hospital municipal. Assumimos há apenas 30 dias", observou a prefeita. Ela destacou ainda a necessidade de fortalecer a assistência básica em Saúde. Esta política de prevenção é o que propõe, segundo Wilma, o ministro José Gomes Temporão. "Prevenir é mais barato do que fazer a terapia. A assistência básica tem que ser ampliada", concorda a governadora.

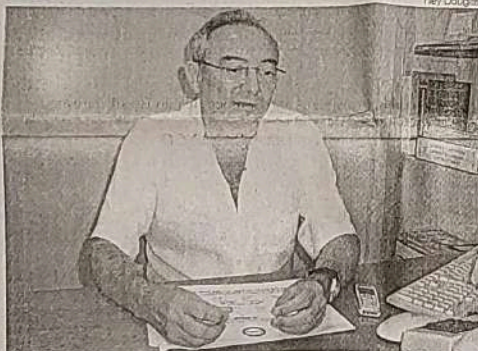
Com a regularização das cirurgias eletivas, o próximo desafio da secretaria municipal de Saúde é promover soluções em médio e longo prazo para que os contratos não precisem mais ser assinados quando o término do prazo dado pelo MP chegar. As providências da SMS neste sentido, conforme Jales adiantou ontem a O JORNAL DE HOJE, estão sendo diversas, como construir novas unidades de pronto-atendimentos e equipar as cinco já existentes na cidade, ampliar o quadro de médicos no Programa de Saúde da Família (PSF) e colocar profissionais nas equipes com lacunas para aumentar os salários dos profissionais.

## > HOSPITAL SANTA CATARINA

# Anestesiologistas foram solicitados para completar escalas

As lacunas da escala de anestesiologistas no Hospital Santa Catarina, na zona Norte de Natal, especialmente geradas pelos especialistas que pediram demissão da rede estadual de Saúde na semana passada, já estão sendo regularizadas com o envio de mais profissionais pela Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap). É o que explica o diretor técnico da unidade, Damião Nobre Medeiros, garantindo que a situação para fevereiro está normalizada. Com isso, ficarão assegurados dois profissionais por turno na unidade. Segundo ele, ao todo, são necessários 13 anestesiologistas para que as escalas fiquem completas. "Atualmente, temos onze, mas com mais dois que já solicitamos, voltará ao normal", explica.

Na semana passada, pediram exoneração os médicos Sérgio Lima, Luis Carlos Oliveira, Francis Queiroz e Aissa Santana, sendo que dois deles já foram substituídos no hospital. Os profissionais recebiam cerca de R\$ 4 mil mensais para realizar 12 plantões de 12 horas cada um. Os motivos alegados para "pedirem para sair" foram as condições precárias de

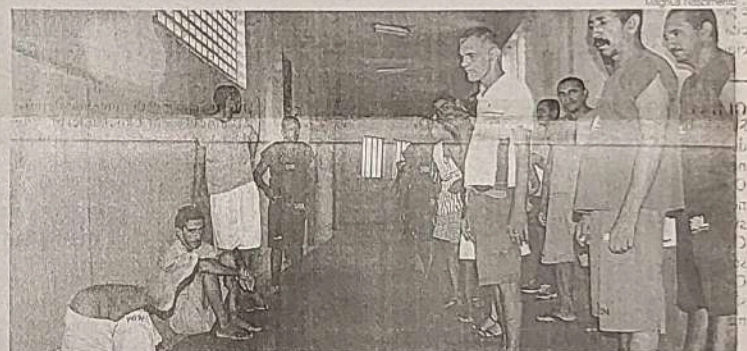


Damião Nobre afirma que serão dois anestesiologistas por turno no Santa Catarina

trabalho, salário baixo e ausência de perspectivas na carreira, além da postura do Ministério Público Estadual (MPE) perante a especialidade. Segundo o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (RN), Geraldo Ferreira, não há um movimento articulado dos anestesiologistas em relação às demissões. "O MP e os conselhos querem que os médicos cumpram toda a carga ho-

rária em plantões, mas nós conquistamos a possibilidade de cumprir essas horas em qualquer área, como ambulatório e outras, em nosso Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS)", relata.

O Conselho Regional de Medicina do RN (Cremem) vai fiscalizar a situação no Santa Catarina, depois da denúncia da médica Aissa, relacionada à precariedade das con-



Enquanto isso, no Hospital Psiquiátrico João Machado, interdição ética pelo Cremem será definida até o final da semana

dições de trabalho para os profissionais. Nesta semana, haverá também uma reunião entre o Cremem e o corpo clínico do hospital para a conferência das escalas.

Hospital João Machado  
A interdição ética, pelo Cremem, nos serviços médicos do Hospital Psiquiátrico João Machado (HJM) deve ser definida até o final desta semana. Depois da visita de

inspeção, realizada na última terça-feira, a diretoria do Cremem se reuniu com o secretário estadual de Saúde, George Antunes, representantes da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Sociedade Norte-riograndense de Psiquiatria e direção do HJM no dia seguinte, apresentando os principais problemas das unidades - relacionados à estrutura física e insuficiência de recursos

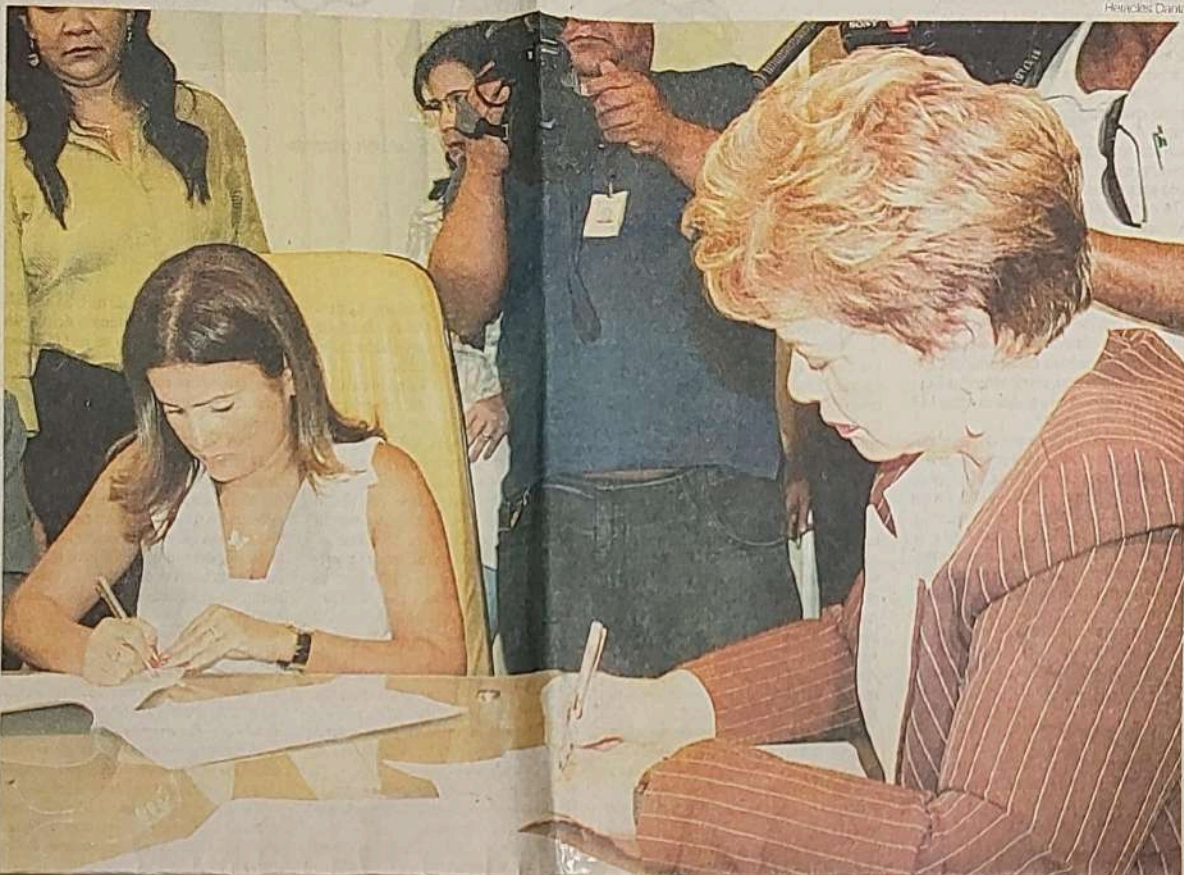
humanos. De acordo com o presidente do Cremem, Luis Eduardo Barbalho, há precariedade nas instalações, com infiltrações e falta de manutenção, e faltam psiquiatras nas escalas de plantão do pronto-socorro. "Demos uma crédito à Sesap até esta semana. Mas se as escalas permanecerem incompletas, vamos ter que interromper os serviços", diz.

## > VOLTAS ÀS AULAS

> SOLUÇÃO PROVISÓRIA PARA CRISE NA SAÚDE

# Micarla e Wilma fecham parceria para garantir mais de mil cirurgias

PREFEITA RENOVOU CONTRATO COM COOPERATIVAS E GOVERNO PAGARÁ 60% DOS CUSTOS



Um mês depois, quando mais de mil pacientes aguardam por cirurgias, finalmente elas começam a ser realizadas ainda hoje. Foi o que ficou acertado no final da manhã entre a prefeita Micarla de Sousa e a governadora Wilma de Faria. Um convênio assinado pelas duas permite que o Estado repasse 60% do que será pago aos médicos, contratados através de cooperativas pela Prefeitura, que arcará com os outros 40%. Ao contrário da governadora, a prefeita não assinou o Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, justificando que agora que completou um mês de sua administração. "Temos que apagar este incêndio", disse Micarla.

CIDADE 5

## GARAGEM

**Motoristas não respeitam regras e**

CARREIRA APENAS UM ANESTESIOLOGISTA FICOU NO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DO HOSPITAL SANTA CATARINA

# Médicos pedem exoneração

**JUSSARA CORREIA**  
DA EQUIPE DO DIÁRIO DE NATAL

As deficiências do serviço público de saúde tem levado os anestesistas do estado a pedirem demissão de seus cargos. O médico Antônio Meideiros, que é anestesista do Hospital Santa Catarina, na Zona Norte - aliás, o único que restou no quadro do hospital, depois de quatro demissões - disse que não descarta a possibilidade de abandonar o trabalho. Ele é funcionário do estado há 14 anos mas diz que não se sente à vontade na unidade, em virtude de má organização das escalas de plantão.

O Médico ainda disse que pediu à direção do Hospital para ser devolvido à Sesap, mas seu pedido foi negado pois argumentaram que o quadro de anestesistas era insuficiente. "Me disseram que a única alternativa para sair do Santa Catarina era pedir demissão", explicou. Sobre o real motivo que levou os outros quatro anestesistas do Hospital a pedirem demissão, o médico disse que não sabe ao certo. "Sei que eles estavam insatisfeitos com as condições de trabalho, com os salários, mas não sei se houve algum problema pessoal com eles", disse.

Com relação à renovação dos contratos com as cooperativas, o médico declarou que acha correto, embora não seja cooperado. "Acho que vai solucionar alguns problemas, pelo menos por enquanto. Não sou cooperado, mas defendo a cooperativa. Nós não temos boas condições de trabalho e nem bons salários. E digo mais, se não houver uma melhora nessa situação, vai haver demissões em massa", revelou.

O presidente da Cooperativa dos Anestesistas (Coopanst), Madson

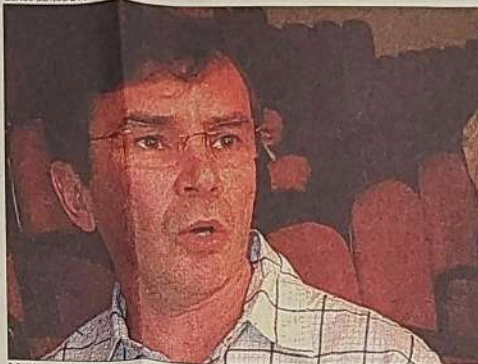
Vidal, comentou essas demissões e disse que trata-se de uma decisão individual de cada profissional. "Se eles acham que a remuneração e as condições de trabalho são inadequadas, cabe a cada um, individualmente tomar uma decisão. Nenhuma sociedade ou cooperativa deve interferir nisso", afirmou.

Embora não seja funcionário do estado, Madson demonstrou preocupação com as demissões. "Ninguém joga um emprego no lixo à toa. Eles devem ter motivo fortes. Eu escolhi não fazer parte do serviço público, porque ele não me atendia. Eu não me sentiria remunerado de acordo com o serviço que presto. Foram nove anos de estudo, além dos inúmeros cursos que precisamos fazer para nos atualizar, e os salários não compensam", declarou.

Entretanto, Madson fez questão de dizer que a cooperativa nunca interferiu nas decisões dos anestesistas. "A gente nunca se reuniu com ninguém para pedir isso, até porque seria uma atitude irresponsável. São decisões importantes que precisam ser analisadas, mas isso a gente nem discute", afirmou.

Para Madson, se a situação continuar assim, o serviço de saúde vai falir, "assim como aconteceu com a educação". O anestesista disse que o serviço não tem como avançar enquanto não houver uma valorização dos profissionais. "Se o serviço público não tiver uma política de Recursos Humanos, de valorização, qualificação dos funcionários, se não estimularem eles à atividade pública, vamos viver num eterno ciclo de problemas. A gente vive essas crises e as pessoas não conseguem entender. Mas imagine que essa questão médica é apenas um detalhe. Se forem discutir o SUS como um todo vão ver que esse problema é crônico, e não apenas uma crise", declarou.

Carlos Santos/DN



Madson Vidal disse que se a situação continuar o serviço de saúde vai falir

## Categoria reclama de perseguição

De acordo com o médico Antônio Meideiros, os anestesistas também estão se sentindo perseguidos pelo Ministério Público. "Nós nos tornamos bode expiatório. Eles querem nos culpar por tudo que está acontecendo na saúde. É por essas coisas que profissionais com 15 anos de carreira estão pedindo demissão", afirmou.

Já para o presidente da Coopanst, o que vem acontecendo é um equívoco e não pode ser considerado perseguição. "O MP é importante, mas em relação à saúde, está acontecendo uma série de equívocos. Há oito anos o MP mandou prender anestesistas, pois queriam obrigar a gente a trabalhar com a tabela do SUS. Somos envolvidos com cerca de sete ações movidas contra cooperativas. A gente tem inquérito policial, vamos para a delegacia se misturar com bandidos. Isso é equívoco, achar que o problema da saúde é cooperativa. Os anestesistas não são o que o Ministério Público tem apresentado à sociedade",

declarou.

Por outro lado, Madson não acredita que esse seja o real motivo das demissões. "Se a gente tivesse um serviço público decente, concursos, os hospitais tivessem o mesmo tratamento dos palácios de justiça, que desse dignidade ao médico e ao paciente isso não aconteceria. Se o médico tivesse perspectiva de aposentadoria, boas condições de trabalho, ele não pedira demissão. Embora o MP exagere nos conceitos com relação aos anestesistas, não é por isso que eles estão abandonando os empregos", argumentou.

De acordo com Madson, através das cooperativas foram feitos mais 200 mil procedimentos. "Se isso for crime mande nos prender. Antes a população de Natal dormia tranquila porque tinha um anestesista 24h no serviço público. Tiraram tudo de uma vez. Se as políticas são erradas, vamos planejar. Vamos fazer valer os princípios do SUS. Isso é um problema de gestão", concluiu.

## São 433 na fila da cirurgia ortopédica

**LUIZ FREITAS**  
DA EQUIPE DO DIÁRIO DE NATAL

A Unidade de Gerenciamento de Vagas (UGV) do Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel (HWG) registrava até ontem 433 pacientes na fila por cirurgias ortopédicas, dos quais 25 aguardam o procedimento nos corredores do hospital, juntamente com outros 11 pacientes em macas pelos corredores.

Segundo a assessoria de imprensa do HWG, o procedimento de autorização das cirurgias pela SMS continuará. Atualmente, o Walfredo encaminha pacientes para três hospitais privados conveniados ao SUS (Iom, Memorial e Médico Cirúrgico) mas as cirurgias ortopédicas dependem de autorização de uma auditoria da SMS, que não vinha liberan-

do a realização dos procedimentos devido à falta de profissionais.

No Hospital Memorial, mais de 100 pacientes do SUS aguardam por cirurgias de ortopedia e neurocirurgia. De acordo com o setor de internações do hospital, os procedimentos só serão realizados após o retorno dos médicos e anestesistas, ou seja, somente com a renovação dos contratos com as cooperativas.

A responsabilidade das cirurgias eletivas é do município, mas os contratos com os anestesistas eram firmados com a Sesap. O secretário municipal de saúde, Levi Jales, alega que o município está cumprindo com sua responsabilidade, já que os repasses aos hospitais não deixaram de ser pagos e as cirurgias não são feitas por falta dos profissionais.

## Secretário prega união de forças

De acordo com o secretário municipal de saúde, Levi Jales, "a atitude da prefeita em renovar os contratos com as cooperativas representa o seu compromisso e sua responsabilidade com a saúde e a população. A renovação é, sobretudo, uma medida de bom senso, inclusive do Ministério Público que fez essa recomendação. O ministro da saúde também esboçou o mesmo pensamento de se fazer a contratação das cooperativas a curto prazo já que não temos estruturas adequadas de funcionamento da rede básica de saúde estadual e municipal para assistência médica de grande demanda".

"A renovação não foi feita antes unicamente pelo posicionamento do Ministério Público. Desde a primeira reunião com os gestores da crise, há cerca de vinte dias, que levamos essa proposta de

que a Prefeitura assumisse os contratos com as cooperativas, mas o MP foi contrário. A renovação é uma conduta pela vida dos pacientes que aguardam a solução desse impasse".

Avaliando as condições apresentadas pelo Ministério Público no Termo de Ajustamento de Conduta, o secretário afirmou que deve haver bom senso. "Seis meses é um período muito curto para resolver essas questões. As condições devem ser feitas dentro do possível. Se forem colocadas muitas dificuldades não teremos condições de cumprir os termos do MP".

"O momento agora é de união. Temos que unir forças para combater as enfermidades. Vamos esquecer as divergências políticas, administrativas, partidárias e pessoais. A nossa resposta vai ser integração". (LF)



# Micarla reúne cooperativas e cria mutirão para salvar vidas

Prefeita recebeu apoio de médicos e deverá assinar contratos até próxima terça-feira. Com isso, se tudo der certo, o atendimento médico voltará à normalidade

A prefeita Micarla de Sousa se reuniu na tarde desta sexta-feira (30) com os representantes das principais entidades médicas do Rio Grande do Norte e pediu que se faça um verdadeiro mutirão para salvar as vidas dos natalenses. A assinatura do contrato com as cooperativas médicas deve ser efetivada até a próxima terça-feira (03) e irá assegurar, oficialmente, o retorno dos médicos e anestesiolistas aos atendimentos públicos da capital.

"Quero muito que vocês me ajudem nesse momento a fazer um mutirão de trabalho para mostrarmos à população a solução do problema", pediu a prefeita, aos cerca de oito médicos presentes na reunião, entre eles o presidente do Conselho Regional de Medicina do RN, Luiz Eduardo Barbalho de Melo, o presidente do Sindicato dos Médicos do RN, Geraldo Ferreira e o presidente da Associação Médica do Estado, Álvaro Barros.

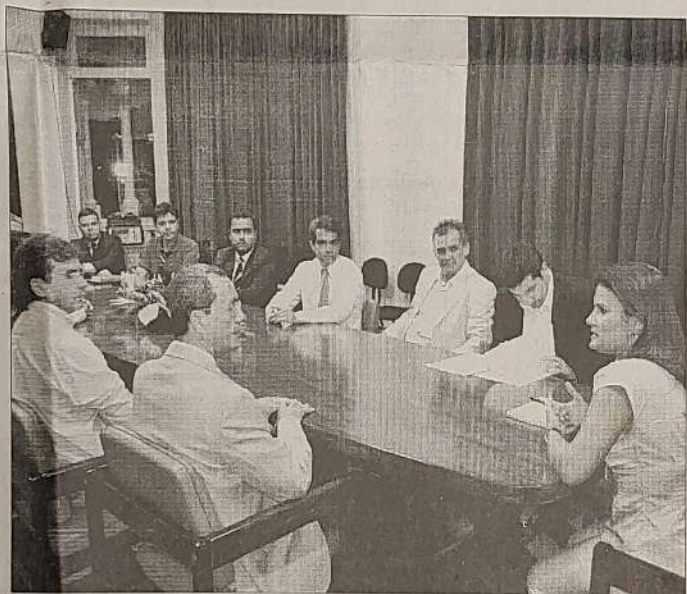
A prefeita pediu ainda que os médicos priorizem a qualidade na prestação do serviço e assegurou que acompanhará de perto o trabalho dos profissionais. Os representantes da Cooperativa dos Médicos do Rio Grande do Norte (Coopmed) e da Cooperativa dos Médicos Anestesiolistas do RN (Coopanest) também estiveram no encontro e concordaram com a solicitação da prefeita. "Estamos em total acordo com Micarla. Ela vai devolver à população a assistência médica necessária aos cidadãos e nós vamos duplicar os nossos esforços", destacou o presidente da Associação Médica do RN, Álvaro Barros.

Durante a reunião, a prefeita ouviu os pleitos dos médicos sobre as demandas reprimidas nos principais hospitais da cidade, entre eles o Maria Alice Fernandes, que não é da administração do município, mas que neste momento está sem cirurgia pediátrica. "Nossa intenção posteriormente é fazer um contrato com o Varela Santiago para que as cirurgias pediátricas do SUS possam ser realizadas na ótima estrutura que o hospital dispõe", garantiu Micarla de Sousa.

A prefeita ainda destacou a redução de R\$ 1,5 milhão na verba para o Carnaval da cidade para reabrir as unidades de pronto-atendimento que estão fechadas e restaurar o Hospital Sandra



Prefeita Micarla de Sousa na mesa de negociação em busca do entendimento coletivo



Micarla e os prepostos da saúde chegaram a um entendimento e contrato será assinado

Celeste. "Até o dia 20 de fevereiro queremos estar com tudo resolvido", reforçou. Micarla de Sousa também pretende, ainda neste mês, reabrir a maternidade das Quintas e trabalhar na melhoria das principais unidades de atendimento da cidade.

Os médicos ainda pleitearam maior segurança nos hospitais e postos de saúde, pedido que a prefeita atendeu de imediato. "Já solicitei que um contingente da nossa Guarda Municipal esteja em todos os postos de saúde e unidades de atendimento e se o número não for suficiente, já autorizei a contratação de uma empresa de

segurança privada", explicou a gestora.

No encontro a chefe do executivo municipal e os médicos falaram também sobre o Hospital da Mulher, que funcionará na maternidade pronto atendimento Leide Moraes. Uma unidade de referência onde as mulheres vão poder realizar todos os exames ginecológicos e obstétricos, além de contar com atendimento ambulatorial de todas as especialidades. A unidade funcionará 24 horas.

Ao final da reunião, a prefeita pediu o máximo de agilidade para que os contratos sejam assinados até a próxima terça-feira (03) e

reforçou a idéia de um verdadeiro mutirão de trabalho para salvar as vidas dos natalenses. "Foi um encontro extremamente positivo, onde eu como prefeita chamei as entidades médicas para fazer um pacto pela vida. Vamos fazer essas cirurgias eletivas que estão pendentes para acabar com esse sofrimento e a dor dessas pessoas", acrescentou.

Participaram ainda do encontro o secretário-adjunto de Saúde, Ronaldo Machado, o presidente da Coopanst-RN José Madson Vidal da Costa, o procurador geral adjunto Manoel Guedes e médicos de diversas especialidades.

DIVULGAÇÃO

[ SAÚDE ] Alegando baixos salários e más condições de trabalho, médicos têm pedido exoneração do Estado. Um deles foi um dos aprovados no último concurso da Sesap, convocado em meio à crise

# Primeiro colocado pede para sair

EMANUEL AMARAL

Médicos recém-contratados pelo governo do Estado para tentar amenizar a situação da saúde pública do Estado já estão pedindo exoneração. A Associação Médica do Rio Grande do Norte contabiliza 13 pedidos, sendo oito de ortopedistas e cinco de anesthesiologistas. Mas a Secretaria Estadual de Saúde (Sesap) recebeu apenas duas solicitações oficiais.

"Até agora eu tenho conhecimento de dois pedidos oficiais de exoneração de médicos do Hospital Santa Catarina. Ainda estamos fazendo um levantamento para saber o número real. Acredito que na próxima terça-feira estaremos com esses dados atualizados", disse o coordenador de Recursos Humanos da Sesap, Jorge Luiz de Castro. Entre os motivos alegados pelos médicos estão a carga horária excessiva, os baixos salários e as más condições de trabalho. Os profissionais alegam que nas atuais condições de trabalho não existe motivação para continuar como servidor do Estado.

Um deles foi o anesthesiologista Heltron Israel. No último dia 5, ele enviou um pedido de exoneração à Sesap e à direção do Walfredo Gurgel. O médico foi o primeiro colocado no mais recente concurso realizado, em outubro do ano passado. "No meu último plantão tive que dormir no colchão no chão porque não tinha cama. Nem lençol tinha. Dividíamos o mesmo banheiro com os pacientes. Não quero me acostumar com o sofrimento do Walfredo Gurgel, prefiro abrir mão do cargo do que encarar a realidade atual do serviço público de saúde", disse o anesthesiologista.

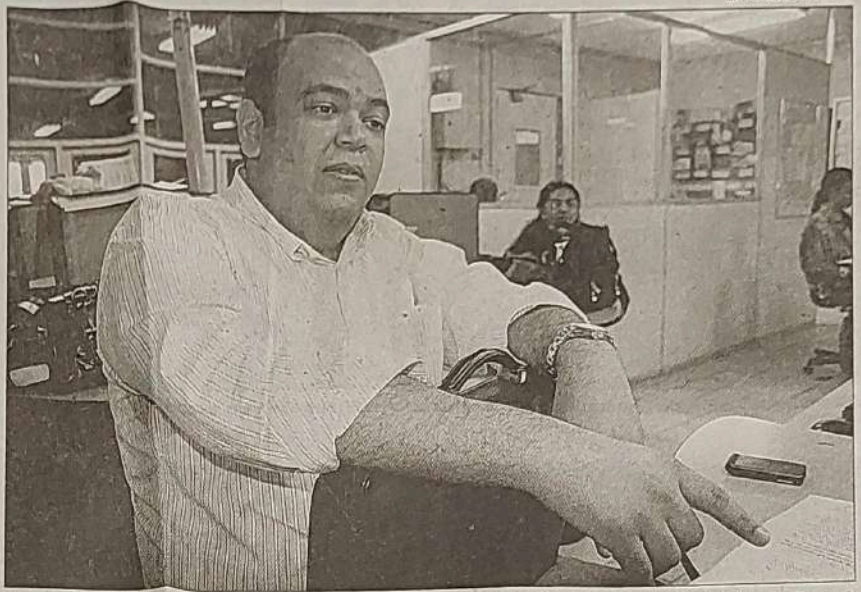
O médico ficou no serviço público por apenas um mês, já que foi contratado em caráter de urgência no dia 5 de janeiro. Uma outra mo-

tivação alegada por ele foi a remuneração oferecida pelo governo. "A governadora disse que começaria a pagar os salários de janeiro, mas até agora ninguém recebeu. Sem contar que o valor declarado pela Sesap, cerca de R\$ 5 mil, não corresponde à realidade. Nenhum médico recebe essa quantia", disse.

Atualmente, para cada um dos 12 plantões, o Estado paga R\$ 200 para um médico com contrato de 40 horas. O que, no final do mês, dá um salário de R\$ 2.200. Valor considerado 'baixíssimo' pelo presidente da Associação Médica do RN, Álvaro Barros: "Queremos trabalhar em um emprego público que ofereça dignidade ao médico e não que ele precise ter cinco ou seis empregos para ter um salário digno".

Questionado sobre a suposta onda de demissões dos médicos, Álvaro disse que nenhuma das entidades médicas está estimulando ou orientando os pedidos de exoneração. "Nós não somos favoráveis que os médicos se submetam a esses concursos com baixa remuneração. Para nós, os médicos só deveriam fazer os concursos com remuneração inicial de R\$ 15.700, valor que consideramos digno", falou. Heltron Israel acredita que novos pedidos de exoneração serão feitos nos próximos dias, o que vai aumentar ainda mais o déficit de médicos do Estado que é de 4 mil profissionais, segundo a Associação Médica. "Isso não é um movimento político da categoria. Isso é indignação mesmo, as pessoas não querem trabalhar sobrecarregadas, sem condições e ainda mal remuneradas", disse o anesthesiologista.

A reportagem da TRIBUNA tentou, durante a tarde de ontem, contato com o secretário estadual de Saúde, mas ele não atendeu e nem retornou as ligações.



Insatisfeito: Heltron Israel diz que teve que dormir em colchão no chão do Hospital Walfredo Gurgel

## Centenas de pessoas ainda esperam

De acordo com a Central de regulação de Leitões do Município, responsável pelo encaminhamento dos pacientes que necessitam de cirurgias, até o final da tarde de ontem cerca de 116 pessoas foram encaminhadas para a realização de cirurgias ortopédicas. No Hospital Infantil Varela Santiago já foram feitos 33 procedimentos.

No Hospital Memorial estão sendo realizadas cerca de 30 cirurgias por dia, a maioria delas, ortopédicas. O hospital está trabalhando com a capacidade máxima. Dos 33 leitos disponíveis, 32 estão ocupados com os pacientes do SUS.

"Só na quinta-feira recebemos 13 pacientes e estamos operando a medida que eles são encaminhados.

Poderíamos atender mais pessoas, mas o problema é que muitos pacientes não estão com o risco cirúrgico atualizado e temos que esperar os exames. Mas não estamos medindo esforços para acabar com as filas", disse o diretor do Memorial, Francisco Gomes.

Um dos pacientes operados foi o aposentado Manoel Sabino, de 62 anos. Depois de esperar 16 dias no corredor do Walfredo Gurgel, ele foi operado na quarta-feira. O filho, Marcos Sabino, está ansioso pela liberação do pai. "Depois de tanto tempo esperando não vejo a hora dele sair do hospital. Graças a Deus ele foi operado e está reagindo muito bem. Já voltamos para São José do Mipibu", disse Marcos Sabino.

Esse também é o sentimento do morador de Santana do Matos Edvan Araújo, 40 anos. Ele esperou 18 dias para fazer a cirurgia no fêmur. "Sofri demais. Tive o azar de precisar da saúde logo durante essa crise. Agora não vejo a hora de voltar para casa", disse.

Apesar do ritmo acelerado dos médicos, presidente da Associação Médica do RN, Álvaro Barros, acredita que se houvesse uma maior agilidade da Central de regulação de Leitões, o número de pacientes cirurgiados seria maior. "A medida que a regulação encaminhar os pacientes nós daremos conta, mas é preciso mais agilidade, o encaminhamento ainda está moroso", disse Álvaro.

SITUAÇÃO Sem profissionais nem de cooperativas nem contratados via concurso, o Hospital Santa Catarina vive uma situação crítica

## A 'escolha de Sofia', drama dos anestesistas do Santa Catarina

Os anestesistas do Hospital Santa Catarina não se agüentam mais de preocupação. Desde que a Prefeitura assinou com as cooperativas o contrato que anteriormente era do Estado, a situação da saúde foi noticiada como "resolvida", sem que ninguém atentasse para a situação complicada na qual a rede estadual ainda se encontra. Sem profissionais nem de cooperativas nem contratados via concurso, o Hospital Santa Catarina colocará em breve seus anestesistas diante de uma "escolha de Sofia".

Como se sabe, o Santa Catarina trabalha com obstetria, sendo

a referência regional nessa área, e também com cirurgia-geral. A divisão das atividades do Hospital traz a necessidade de que fiquem dois plantonistas por turno. No entanto, com a demissão de cinco anestesistas desde o início do ano e o pedido de transferência de outro profissional, a escala do Santa Catarina está aberta, com apenas um anestesista em vários turnos durante a semana. No caso de uma cesariana e uma cirurgia de apendicite, o médico será colocado na situação de ter de escolher. Ou um ou outro.

"É um absurdo o médico ter de escolher entre dois pacientes de

urgência, ver pessoas correndo risco de morte e se sentir impotente frente a situação", diz Gleide Tomaz, chefe da anestesia do Santa Catarina. A médica informou também que existem apenas oito anestesistas e meio disponíveis para o Hospital. Oito e meio? "Temos oito anestesistas de 40h e um com carga horária de 20h, por isso digo oito e meio. Para eu fechar a minha escala, preciso de no mínimo 18 anestesistas de 40h", conta Gleide Tomaz.

A situação já vem sendo denunciada pelo JH Primeira Edição há algumas semanas, mas, nos últimos dias, o caso vem en-

trando em momentos dramáticos. A "desculpa" utilizada pelo Governo do Estado era a do concurso público. Haviam alguns profissionais que seriam remanejados para o Santa Catarina, de acordo com a Secretaria Estadual de Saúde. No entanto, fazem oito dias que o prazo para que os anestesistas se apresentassem venceu e até agora nada. Ninguém quer trabalhar no Santa Catarina. "É uma matemática muito simples. Uma remuneração irrisória para quem estudou nove anos e a completa falta de condições de trabalho", diz Gleide.

A chefe da anestesia do Hos-

pital Santa Catarina já convidou também profissionais de outros pontos da rede e a proposta de transferência não foi aceita por nenhum dos colegas. O motivo também é simples. Quando o anestesista aceita trabalhar sem as mínimas condições, ele também está aceitando o ônus legal do serviço. "Qualquer coisa que acontecer, e pode estar certo de que acontecerá em breve, o profissional é quem responde. Somos os testas de ferro do caos na saúde", diz Gleide.

### REDE ESTADUAL

Para o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do

Norte, Geraldo Ferreira, a atual situação do Santa Catarina é um resultado da atitude do Governo do Estado com a saúde. Para Geraldo, não há investimentos no Plano de Cargos e Salários dos médicos - "sem o qual não vão conseguir resolver o problema", de acordo com Geraldo Ferreira - nem o Governo aceitou a inclusão de sua parte no contrato com as cooperativas. Sem público nem privado noves fora nenhum atendimento. "O Governo do Estado tem agido com uma imprudência assustadora durante um estado de calamidade que ele mesmo decretou", encerra Geraldo.

Notícias que os outros só publicarão amanhã

# O JORNAL DE HOJE



Sábado e domingo

Ano XII - Nº 3.371 ▶ Natal, 14 e 15 de fevereiro de 2009 ▶ R\$ 1,25 ▶ [www.jornaldehoje.com.br](http://www.jornaldehoje.com.br)

> FIM DAS FILAS

## Mutirão da Saúde realizou mais de 600 cirurgias em apenas dez dias

PREVISÃO DO MUNICÍPIO É TIRAR DOIS MIL PACIENTES DA FILA DE ESPERA ATÉ O FINAL DE FEVEREIRO

CIDADE

Sábado e domingo

# Em dez dias, 620 pacientes da fila passaram pelas cirurgias

EXPECTATIVA DOS MÉDICOS QUE FAZM O MUTIRÃO É SUPERAR OS DOIS MIL PROCEDIMENTOS ATÉ O FINAL DE FEVEREIRO

TACIANA CHIOUETI  
REPORTER

Em dez dias de trabalho das cooperativas médicas, 620 cirurgias eletivas (não urgentes), de diversas especialidades, foram realizadas em Natal, depois que a renovação dos contratos foi viabilizada pela Prefeitura de Natal, no último dia 3. De acordo com o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed-RN), Geraldo Ferreira, a expectativa dos especialistas é de que, até o final do mês, seja possível fazer mais de dois mil procedimentos. "Assim, vamos conseguir atingir o represamento de duas mil cirurgias por mês que ficou em janeiro. Mas esbarramos no teto do contrato de R\$ 600 mil mensais. Então, não podemos fazer mais procedimentos do que este limite financeiro", informa.

Os pacientes que aguardavam os procedimentos cirúrgicos, durante a crise agravada pelo fim do vínculo com as cooperativas médicas e, portanto, com a suspensão dos serviços aos usuários, na rede hospitalar privada credenciada ao Sistema Único de Saúde (SUS), estão sendo priorizados. "Os novos casos são agendados a seguir. Mas é bom lembrar que procedimentos eleti-



No Hospital Varela Santiago, a demanda reprimida de cirurgias infantis chega a 240 pacientes



Geraldo Ferreira acredita que a regularização dos procedimentos acontecerá até o mês de abril

vos demoram cerca de 15 dias por causa da preparação para as cirurgias, exames, etc", observa Geraldo. Desta forma, ele frisa que, em março, ainda haverá uma demora de 25 a 30 dias, mas que, a partir de abril, a regularização estará completa. "As filas são comuns no SUS porque o teto financeiro para esta fi-

nalidade é insuficiente para a demanda", explica ainda.

Nos três hospitais de ortopedia - Médico Cirúrgico, Itorn e Memorial - de acordo com Geraldo, são feitas 60 cirurgias diariamente. No Hospital Luis Antonio e no Varela Santiago, em que ocorrem as cirurgias pediátricas, uma

média de 20 a 30 estão sendo efetivadas. A demanda reprimida no Varela, em dezembro e janeiro, chega a 240 crianças. Entre as cardíacas, cerca de quatro por dia estão sendo feitas em cada unidade hospitalar, como o Incor e o Hospital do Coração.

A renovação contratual com as

cooperativas foi um dos motivos alegados pelos conselhos municipal e estadual de Saúde, para a solicitação de descredenciamento do município de Natal, ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), para a gestão dos recursos do SUS. Questionado sobre o assunto, o representante da categoria médica afir-

mou que considera a proposta inviável por se tratar de uma capital da "complexidade de Natal". A expectativa é que a entidade de âmbito federal acate o pedido, que, se for, por sua vez, aceito pelo Ministério da Saúde, impedirá que a Prefeitura administre o dinheiro destinado à área.

ABANDONO REPRESENTANTES DO SINDMED, CREMERN E AMRN AFIRMAM QUE ESTADO NÃO FAZ NADA PELA SAÚDE

# Caos na saúde vai permancer

LUIZ FREITAS  
DA EQUIPE DO DIÁRIO DE NATAL

Os representantes da categoria médica reuniram-se na manhã de ontem, na Associação Médica, para denunciar a permanência das graves condições da rede estadual pública de saúde, o que poderá agravar ainda mais o estado de calamidade pela qual passa a saúde do estado. Eles afirmam que os médicos não podem ser responsabilizados e que tudo passa por decisões equivocadas do governo do estado, que embora tenha retirado as coo-

perativas dos hospitais públicos, não teria condições de suprir a demanda por profissionais.

O presidente do Sindicato dos Médicos do RN (Sindmed), Geraldo Ferreira, falou sobre a preocupação da categoria médica sobre os eventos futuros envolvendo a crise da saúde. "A rede própria do estado está sofrendo um desmanche. A governadora ao assinar o contrato com as cooperativas afirmou que a saúde passaria a ser mil maravilhas, e como isso não vai acontecer, seremos responsabilizados pelo não funcionamento dos serviços - o que não

pode de forma alguma ser imputado aos médicos ou às cooperativas".

Ele lembrou a greve de 74 dias dos médicos, iniciada no ano passado e atualmente suspensa por decisão judicial. "A categoria protestava contra os baixos salários e as péssimas condições de trabalho, além da retirada dos pacientes dos corredores e mais vagas em UTI. Nada foi feito até agora". Ele defendeu as cooperativas ao afirmar que a situação já era crítica antes do questionamento sobre a legalidade desse serviço. "Não tivemos nenhum avanço nas negociações e queremos uma ampla

mesa de discussão sobre essas questões. Vamos solicitar uma audiência com a governadora".

Segundo Geraldo Ferreira, há um conflito instituído sobre a forma de cumprir as cargas horárias dos médicos. "Os secretários querem impor um modelo de cumprimento diferente do previsto no nosso plano de cargos e salários. Deveríamos prestar 20 horas de plantões e 20 na emergência e eles estão nos forçando a cumprir integralmente nos plantões".

Ele revela que a prefeitura vai cobrar do estado a melhoria das condições nos

hospitais, "porque o estado é remunerado pelos municípios por meio das Autorizações de Internamento Hospitalar e eles pagam para ter um serviço decente. O Walfredo recebe em torno de 700 mil por mês e o Deodécio em torno de 600 mil da prefeitura de Pamamirim. O Maria Alice também recebe bastante".

"Nenhum hospital do estado está cumprindo com a sua missão. Se nada for feito, a saúde estará caminhando em direção à inviabilidade. A saúde pública está sendo conduzida por caprichos dos gestores e dos conselhos. Estamos vendo o desconhecimento e desprepa-

ro dessas pessoas. O secretário não tem qualquer preparo, não existe nenhum diálogo com a classe médica. Estão enterrando a saúde".

Geraldo Ferreira traçou um panorama da situação nos principais hospitais do estado. "As UTI são um atentado contra a vida dos pacientes, viraram um amontoado de doentes. A unidade de reanimação do Walfredo tem entre 12 a 15 pacientes em respiradores sem nenhum médico de plantão para assisti-los. Se há qualquer complicação a enfermeira precisa sair correndo para o pronto-atendimento atrás de médicos".

[ SAÚDE ] Com o contrato assinado, os médicos se comprometeram a trabalhar em regime de mutirão para agilizar a realização das cirurgias e reduzir a fila de espera por cirurgias em um período de 15 dias

# Fila de espera está com dias contados

CARLA FRANÇA  
Repórter

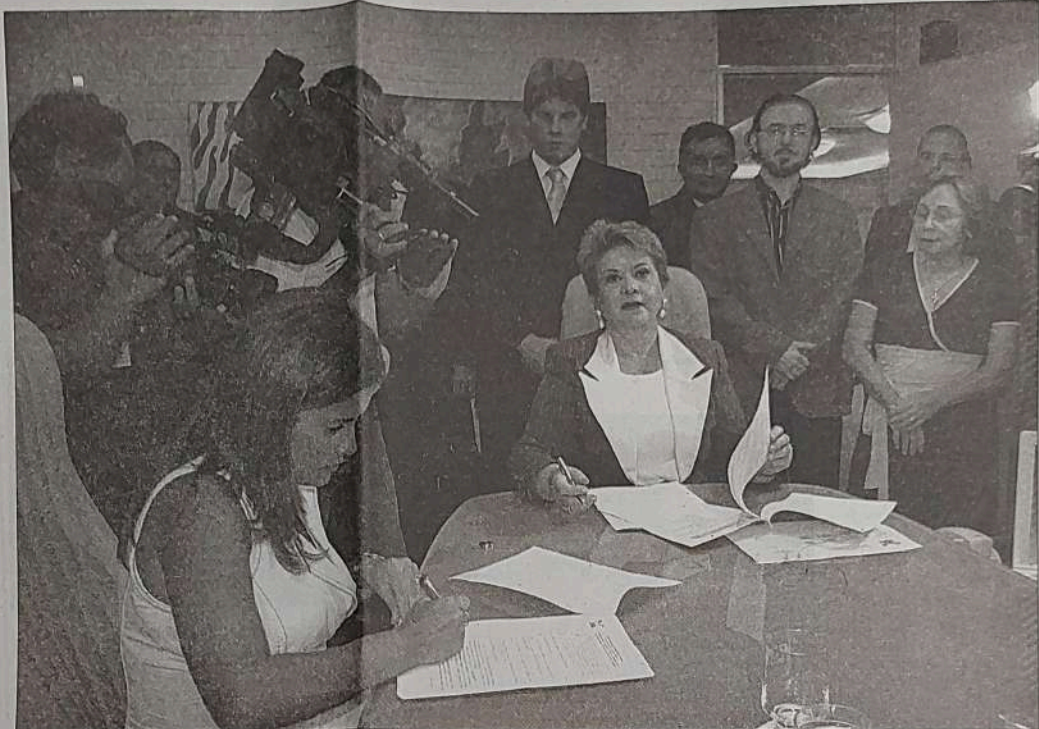
Dentro de 15 dias o problema das filas de espera para as cirurgias eletivas deve ser estabelecido. Essa é a expectativa do presidente da Cooperativa dos Anestesiologistas do RN, Madson Vidal, que junto com representantes das Cooperativas dos Médicos e dos Cirurgiões Pediatras assinaram ontem o contrato de trabalho com o governo do Estado e a prefeitura de Natal.

"Não significa que acabaremos com as filas nesse período, até porque é grande a demanda de pacientes à espera de uma cirurgia. Mas no que depender de nós, o trabalho será feito o mais rápido possível. Se tivermos condições de trabalho, poderemos sim acabar com a fila de espera para as cirurgias, principalmente as oncológicas e ortopédicas, que foram as mais prejudicadas", disse Madson Vidal.

Assim como os anestesiologistas, os profissionais da Coopmed e da CIPEN garantiram que a volta ao trabalho aconteceria logo após a assinatura do contrato. Os médicos também se comprometeram em trabalhar em regime de mutirões para agilizar a realização das cirurgias.

O valor total dos contratos representa um gasto de R\$ 1.470.000,00 por mês para os cofres públicos. O governo do Estado é responsável pelo pagamento de 60% desse valor e o município pelos outros 40%. Foram assinados três contratos diferentes, com valores específicos para cada cooperativa.

Para a Cooperativa dos Médicos, o valor do contrato é de R\$ 850 mil/mês para os 480 médicos de 20 especialidades, que realizam uma média de 2.500 procedimentos/mês. "O valor desse contrato está abaixo do anterior, que era de R\$ 1,1 milhão. Estamos todos empenhados em resolver a situação da saúde", disse o presidente da Associação Médica do RN, Álvaro Barros.



Prefeita Micarla de Sousa e governadora Wilma de Faria assinam contrato de trabalho com representantes das cooperativas de médicos para pôr fim à fila de espera de pacientes

## NÚMEROS DOS CONTRATOS COM AS COOPERATIVAS

Coopamed	R\$ 855 mil	Coopnest	R\$ 420 mil
Governo do Estado	R\$ 513 mil	Governo do Estado	R\$ 252 mil
Prefeitura de Natal	R\$ 342 mil	Prefeitura de Natal	R\$ 168 mil
Nº de médicos	480	Nº de anestesiologistas	120
CIPEN	R\$ 142 mil		
Governo do Estado	R\$ 85.200 mil		
Prefeitura do Natal	R\$ 56.800 mil		
Nº de pediatras	9		

Já a Coopnest receberá um valor mensal de R\$ 420 mil e deixará à disposição da população 120 anestesiologistas, que realizam uma média de 1.750/mês. Nesses números não estão incluídos plantões. "Se for preciso, vamos dobrar o número de procedimentos realizados tudo para que seja resolvido, de uma vez, esse problema da saúde", disse o presidente da Coopnest.

O contrato de menor valor foi

assinado com a CIPEN, que disponibilizará nove pediatras e receberá um valor mensal de R\$ 142 mil. "Temos apenas 11 cirurgiões pediatras no Estado, desses, nove estão na CIPEN e realizam uma média de 640 cirurgias/mês, sem contar nos procedimentos", disse o pediatra Ulisses Cavalcante.

Os contratos possuem duração de seis meses, podendo ser renovados pelo mesmo período. Esse também é o tempo que a governadora Wilma de Faria pretende normalizar a situação da saúde do Rio Grande do Norte. "A saúde é de responsabilidade das três poderes. Temos que trabalhar juntos, a gente não pode ficar refém da classe médica. O povo precisa ser atendido dentro das regras. Em seis meses reestruturaremos nossos hospitais e o Hospital Deoclécio Marques de Pamiririm vai ser transformado em referência nos casos de ortopedia", disse.

## Governadora assina Termo de ajustamento

A governadora Wilma de Faria informou à imprensa que assinou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), proposto pelo Ministério Público.

Já Micarla de Sousa, afirmou que ainda não assinou o TAC porque precisa discutir algumas exigências do Termo, por acreditar que não será possível cumpri-las no período de seis meses. "Não podia esperar pela conversa com o Ministério Público. Precisávamos resolver esse problema de forma imediata. E alguns pontos, como a construção ou arrendamento de um hospital privado, não pode ser realizado neste momento", disse a prefeita.

A prefeita também aproveitou a reunião para anunciar algumas mudanças na rede municipal de saúde. Segundo ela, o Hospital da Mulher será inaugurado em 30 dias e substituirá a Maternidade Leide Moraes, inaugurada, em dezembro do ano passado.

O Hospital terá capacidade para realizar 300 partos por mês, incluindo as cesáreas. São 17 leitos, duas enfermarias, leitos individuais, e centro cirúrgico para os partos que necessitam do procedimento diferenciado.

"Hoje me sinto mais aliviada. A partir de agora, o município de Natal vai fazer sua parte no que diz respeito à saúde. Vamos fazer com que todas as nossas unidades de pronto-atendimento funcionem 24 horas por dia e atenda a população de forma satisfatória. Não conseguiremos isso da noite para o dia, mas vamos conseguir", garantiu a prefeita.

## Abertas inscrições para contratação temporária

Estão abertas até amanhã (5) as inscrições para o processo seletivo para contratação temporária de médicos nas especialidades de clínicos gerais e pediatras. Os salários variam de R\$ 2 mil, para quem trabalhar 20 horas por semana; e de R\$ 4 mil, para 40 horas.

Ao todo, a Secretaria Municipal de Saúde oferece 21 vagas, sendo 10 para pediatra e 11 para clínico geral. Os candidatos aprovados serão encaminhados para as unidades de pronto atendimento e unidades básicas de saúde. De acordo com a portaria assinada pelo secretário Levis Jales e publicada no Diário Oficial do Município (DOM) de ontem, o concurso será feito em uma única fase de análise curricular. A jornada de trabalho, 20 ou 40 horas semanais, poderá ser cumprida em regime de plantão ou ambulatório.

O prazo de validade do processo seletivo é de seis meses, podendo ser prorrogado por igual período, se necessário, até o limite de dois anos. As inscrições estão sendo feitas até amanhã, no horário das 8h às 17h, na sede da Secretaria, no edifício Ducal, no Centro de Natal. Ainda no Diário Oficial de ontem (3), o Secretário Municipal de Saúde, Levis Jales, liberou o envio de cinco médicos ortopedistas para o Hospital Regional Deoclécio Marques.

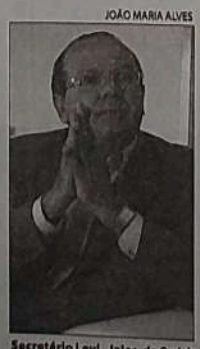
### SALÁRIOS

A informação segundo a qual os médicos contratados em regime de emergência no final de dezembro ainda não receberam os salários de janeiro foi rebatida ontem pela Sesap.

Segundo fonte da secretaria, as contratações de emergência contabilizaram até ontem 94 profissionais dos 131 pretendidos. E a grande maioria não apresentou a totalidade da documentação exigida pela Secretaria de Administração. Isso e mais o fato de dois médicos terem se apresentado ao longo de fevereiro, de fato, contribuiu para que eles não recebessem seus salários.

Segundo a fonte da Sesap a folha de pagamento do Estado fecha todo dia 10 de cada mês. Portanto, mesmo os médicos contratados em regime emergencial ainda precisam da documentação exigida por completo, também não receberam os vencimentos devidos.

A fonte da Sesap acredita que o problema estará resolvido ainda este mês. Já que os médicos aprovados no último concurso estão se apresentando nesta sexta-feira.



Secretário Levis Jales, da Saúde

## Pacientes lotam corredores dos hospitais

Enquanto as mudanças propostas pela governadora e prefeita não são colocadas em prática, a população continua sofrendo com a precariedade da saúde pública em Natal. Um exemplo é o Hospital Walfredo Gurgel que está com seus corredores lotados de pacientes, muitos deles à espera de cirurgias.

É o caso de Augusto Neto Flor, de 27 anos, que está no HWG para ser cirurgiado no braço e no maxilar, mas em virtude do cancelamento do contrato com os anestesiologistas ainda não havia feito nenhum dos dois procedimentos.

"Cheguei aqui na quinta-feira passada, eles colocaram esse gesso no meu braço para que eu pudesse esperar a cirurgia. Também preciso fazer uma cirurgia na boca, mas até agora nada", disse Augusto, que mora em Macaíba.

No momento em que a reportagem da TRIBUNA DO NORTE estava no HWG, o médico bucomaxilofacial, Rômulo Dias, examinou Augusto Neto e decidiu liberá-lo para que pudesse esperar a cirurgia em casa.

"Não há necessidade dele ficar esperando a cirurgia nos corredores do Walfredo, a situação dele é boa e pode ir para casa. Acredito que dentro de mais uma semana ele faça a cirurgia do maxilar e logo em seguida a do braço", disse Rômulo Dias.

Além dele, outras 342 pessoas estão à espera de cirurgias ortopédicas, que serão realizadas nos hospitais privados conveniados ao Sistema Único de Saúde.



Damião Francisco aguarda ambulância para ir ao Walfredo Gurgel

"Cheguei aqui na quinta-feira passada, eles colocaram esse gesso para que eu pudesse esperar a cirurgia"

AUGUSTO NETO FLOR  
paciente

tema Único de Saúde. De acordo com a assessoria de imprensa do HWG, o hospital tem no seu quadro 25 anestesiologistas, que fazem as cirurgias de urgência e emergência que chegam na unidade.

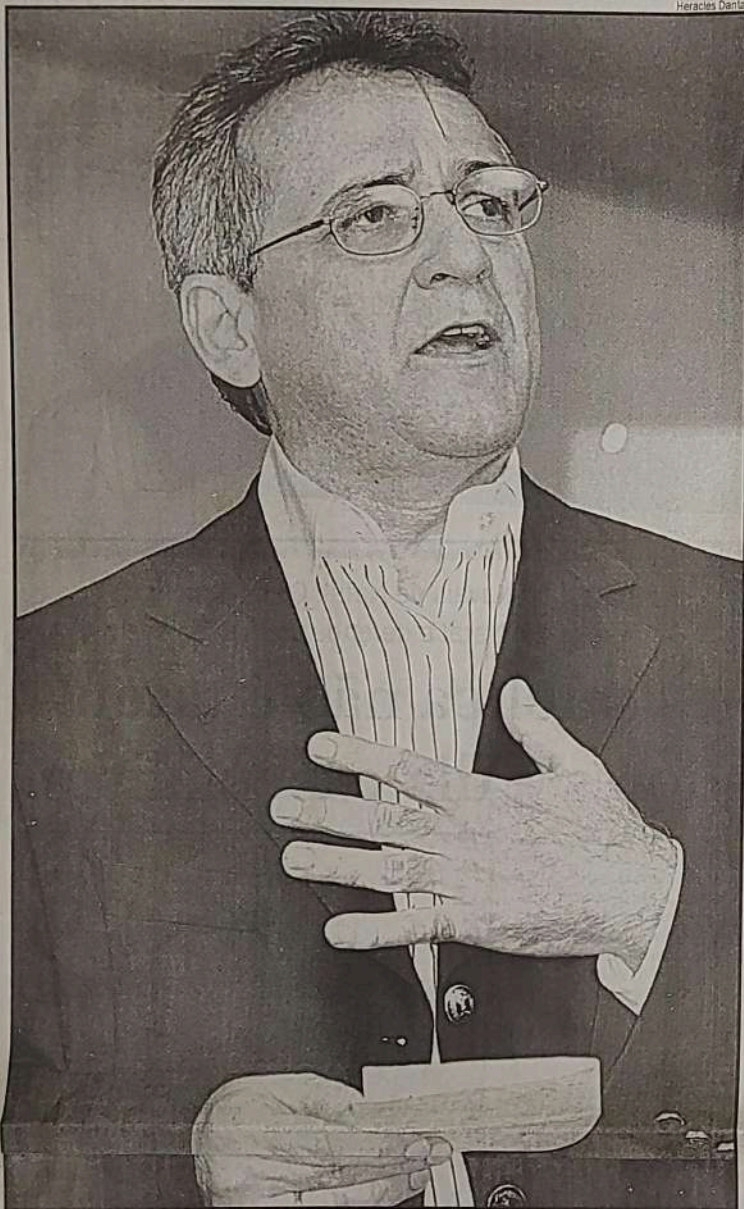
Esse número de profissional é bem menor no Hospital Santa Catarina. De acordo com o diretor técnico da unidade, Damião Nobre, hoje a escala conta com 11 anestesiologistas. "O ideal seriam 13, mas com dez profissionais nós conseguimos fechar uma escala de dois por turno. O problema é que se algum deles adoecer, ficaremos

com a escala aberta", disse Damião Nobre.

O diretor negou a informação de que o Hospital possui apenas um anestesiologista. "Os quatro que pediram demissão não apareciam aqui há tempos, eles pagavam outros profissionais para tirarem o plantão, mas com a ameaça do MP, preferiam pedir demissão e ficaram apenas na cooperativa, onde ganham bem melhor", disse.

Com relação à falta de médicos no hospital, o diretor disse: "Não temos falta de médico. Nós não atendemos algumas especialidades como a ortopedia. A população não sabe, procura o hospital e temos que encaminhar para o HWG".

Foi o que aconteceu com o aposentado Damião Nascimento, que estava com a mão fraturada e procurou o Santa Catarina. "Eles ainda fizeram o raio x, viram que estava fraturada e eu estou sendo ortopedista e eu estou usando uma ambulância para ir para o Walfredo Gurgel", reclamou o paciente que já estava há duas horas esperando a transferência.



Médico Geraldo Ferrelra: "Passamos um mês reféns do despreparo e do radicalismo"



Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Francisco Júnior, planeja novo capítulo para a "novela"

A SEGUIR... Quando o caos parecia perto de terminar, com a assinatura do contrato de renovação com as cooperativas, o presidente do Conselho Nacional de Saúde, Francisco Júnior, mostra-se revoltado com a quase exclusividade de acertos com hospitais os privados

## Mais um capítulo: Conselho de Saúde poderá entrar na Justiça contra Micarla

Isaac Lira

jornalista.isaacira@gmail.com

Novela é um troço chato e demorado. Mas dá ibope. Seja da televisão ou da vida real, sempre tem alguém pra acompanhar. No Rio Grande do Norte, a novela é um perene estado de espírito do povo e das instituições públicas. Foliaduto, Acordão, Ponte Forte-Redinha, Operação Impacto... A lista é enorme. Para quem pensava que a novela do caos da saúde, última a ser deflagrada, estava no fim, a novidade é esta: novos capítulos estão sendo produzidos.

O presidente do Conselho Nacional da Saúde, Francisco Júnior, disse ao JH PRIMEIRA EDIÇÃO que planeja acionar a pre-

feita Micarla de Sousa na Justiça, caso os termos já divulgados pela imprensa sejam de fato confirmados hoje, na assinatura do contrato com as cooperativas. Francisco Júnior considera "ilegal e inaceitável" a contratação quase que única e exclusiva de hospitais privados para realizar o atendimento público da população. "Caso o que a imprensa divulgou seja confirmado no contrato, eu vou colocar para os conselhos a possibilidade de acionar juridicamente a prefeita", avisa Francisco Júnior.

Não é de se estranhar a posição do presidente do CNJ. Toda novela tem o mocinho e o vilão. Na TV, é fácil identificar os dois papéis. Na vida real é mais difícil, quiçá impossível. Neste caso,

os conselhos de saúde e o MP, além do Governo do Estado, em menor escala, acreditam que os vilões são os médicos. Já a categoria médica acredita que os vilões são os conselhos e o MP.

Contudo, se existe um fato, algo absolutamente indiscutível, nesses 31 dias de caos, somados aos quase três meses de greve dos médicos do fim do ano passado, é o sofrimento impiedoso pelo qual passou o lado mais fraco dessa novela estúpida: a população. Pois bem, o sofrimento começou quando foi iniciada a greve dos médicos. Na época, a categoria protestava, com toda a razão, contra as péssimas condições de trabalho e o tratamento indigno dispensado à população.

Naquele momento, a tragédia

estava anunciada. "Nós expedimos diversos ofícios ao secretário de saúde, informando do fim dos contratos e de suas consequências imediatas. Porém, o secretário já havia assinado um termo de compromisso com o MP, dizendo que não contrataria cooperativa alguma e que o serviço de saúde continuaria de outra forma. Promessa que ele não conseguiu cumprir", diz Geraldo Ferrelra, presidente do Sindicato dos Médicos. E complementa: "Após isso, passamos um mês reféns do despreparo e do radicalismo de integrantes do MP, que tentaram usurpar o direito de gerir dos governantes eleitos pelo povo".

O resultado foi noticiado e explorado em todos os meios de comunicação. O poder público

não conseguiu atender à demanda da saúde sem as cooperativas médicas. A máscara caiu: os serviços privados não eram mais complementares do SUS, mas eram o próprio Sistema Único de Saúde do Estado, que por sua vez estava completamente sucateado por péssimas administrações. Aqui mais acusações típicas de novelas. Para os conselhos e o MP, os médicos, maquiavelmente, se negavam a atender. Para os médicos, o poder público continuava a humilhar e colocar todas as responsabilidades nas costas da categoria.

O caos avançou em meados de janeiro. Mortes aconteceram, famílias sofreram à espera de um lugar fora da "fila da morte". Após óbitos e seqüelas irreme-

diáveis, as acusações foram substituídas por um Termo de Ajustamento de Conduta que, aliás, não será assinado pela prefeita Micarla de Sousa. O Estado foi substituído pelo município como contratante das cooperativas. O acordo foi feito. Está tudo pronto para a assinatura dos contratos. E, quando parece que tudo está resolvido... o Conselho cogita entrar na Justiça. Voltamos ao início do texto e ao cerne da questão. A briga tem como pano de fundo, além de interesses comerciais nem sempre claros, a antiga luta da gestão pública contra a gestão privada. Qual das duas é mais vantajosa para manter os interesses coletivos? A resposta, se é que existe, é difícil. E a novela continua...



Editor Assistente  
João Ricardo Correia

Repórteres  
Alexson Almeida  
Anderson Barbosa Isaac Lima  
Roberta Trindade Sara Velconcelos

# Cidade

joaoricardocorreia@yahoo.com.br



**PREFEITURA** A Prefeitura de Monte Alegre, Maria das Graças Marques Silva (foto) afirmou que a situação financeira do executivo é de descontrolado, "provocada pela administração anterior". Página 7

**NÃO É EXAGERO** O chefe de RH da Sesap, Jorge Castro, admite que os 18 anestesistas que serão contratados não são suficientes

## Onda de demissões na rede estadual continua

Isaac Lima

journalista.isaaclima@gmail.com

Temos uma proposta. Você trabalha num hospital superlotado, sem material adequado para realizar os procedimentos, com condições insalubres e ainda ganha mal para isso? Que tal? São poucos os malucos que topariam uma proposta dessas. Não é à toa, a equipe de médicos concursados da rede estadual de saúde tem sofrido sucessivas baixas no seu efetivo. Ontem, o anestesista do Walfredo Gurgel Heltron Israel Saraiva pediu exoneração.

As demissões são a cereja no topo do bolo de um sistema que tem sido continuamente sucateado. "Posso dizer apenas uma coisa: o sistema estadual de saúde está próximo da falência", diz Geraldo Ferreira, presidente do Sindicato dos Médicos. Não é exagero. O Hospital Maria Alice está com seu centro cirúrgico desativado até segunda ordem. Motivo: falta de anestesistas. O Santa Catarina funciona com apenas um anestesista por plantão. No caso de uma cesariana e uma urgência, o profissional terá de tomar uma decisão.

Jorge Castro, chefe dos recursos humanos na Sesap, admite que os 18 anestesistas esperados pela secretaria nos próximos dias não são suficientes para dar conta da rede estadual. "É verdade. Precisamos avaliar e dimensionar as necessidades para tentar solucionar os problemas", diz Jorge. O chefe dos recursos humanos confirma apenas dois pedidos de demissão, no Santa Catarina. Jorge ainda não está informado do caso da anestesista Sara Rocha, sem contar com o caso de Heltron, o mais novo da série de demissões.

Heltron Saraiva irá se juntar

a mais quatro anestesistas que desde janeiro pediram demissão dos seus cargos públicos. A tendência é um contra-senso dentro de uma sociedade que cada vez mais investe no serviço público como garantia de estabilidade na vida. O que faz com que esses médicos abram mão dos benefícios do serviço público? Geraldo Ferreira citou alguns motivos. "O concurso público ameniza alguns problemas, mas acontece que em áreas de ponta, como neurocirurgia e anestesiologia, o setor privado oferece melhores salários e condições. O salário pago pelo Governo tem de ser

revisado nessas áreas", afirma.

O anestesologista Heltron Saraiva não listou apenas um, mas seis motivos para ter saído do Walfredo Gurgel. Ele havia sido contratado via concurso e permanecido no cargo por 30 dias. Sobrecarga do serviço, exposição a riscos por falta de estrutura e material, remuneração incompatível com a responsabilidade do cargo, são alguns dos motivos alegados por Heltron. "Não há motivação para continuar ou se orgulhar de pertencer a essa instituição, condições que considero essenciais para permanecer em um em-

prego", diz Heltron na carta de demissão.

### CIRURGIAS ELETIVAS

A realização das cirurgias eletivas por parte da rede conveniada ao Município começa a ganhar ritmo e força. A expectativa da Prefeitura é fazer 50 cirurgias de oncologia até este sábado. Os médicos estão trabalhando durante os três períodos. Já no Varela Santiago, foram 12 cirurgias na última sexta-feira. Não haviam procedimentos marcados para o fim de semana, de acordo com Paulo Xavier, diretor do Hospital Infantil.

**FALTA MÉDICO** Uma paciente que pediu transferência para uma clínica não foi atendida por falta de médico para assinar autorização

## João Machado não atende a simples demanda

Mais um capítulo se desdobra no drama vivenciado por pacientes e familiares do sistema de saúde psiquiátrica do Estado. O Hospital Psiquiátrico João Machado, principal palco deste descaso, não consegue atender demandas simples de transferências de pacientes para a rede credenciada, apesar da existência de vagas. A paciente Maria Iraci Silva de Moura, 35, não conseguiu a transferência do Hospital para a Clínica Santa Maria, por falta de médico que realizasse o procedimento de referenciamento.

Apesar de audiência pública realizada na última semana, com participação de representantes do Conselho Regional de Medicina, Ministério Público e do secretário

estadual de saúde, George Arntunes, como também da convocação de sete médicos, dos quais apenas três assumiram o cargo, a defasagem na escala de plantonistas continua. O que compromete o atendimento e tratamento de dependentes químicos e doentes mentais.

Na tarde de ontem, a dona de casa Iguaraci Araújo da Silva, 42, moradora do conjunto Santarém, zona norte da cidade, se viu 'obrigada' a retirar do HPJM a irmã, Maria Iraci, portadora de esquizofrenia e depressão, que estava internada desde a última terça-feira (3), em um espaço improvisado no pronto-socorro, por falta de leitos na enfermaria. Segundo Iguaraci Araújo, a irmã

estava sem medicação, deitada no chão e sem as mínimas condições de assistência.

"Desde às sete horas da manhã procuro atendimento para minha irmã, que está abandonada. Um funcionário do Hospital informou que há vaga na (clínica) Santa Maria. Mas é necessário um médico de plantão para avaliar o quadro e fazer o encaminhamento. Saí de lá às 15 horas, com minha irmã e não havia um médico no João Machado", denuncia a dona de casa. E acrescenta que, por falta de medicamento no Hospital, a família foi orientada a comprar a prescrição médica, Identol e Depakene. "Não temos como custear os gastos e minha irmã não pode ficar sem o medi-

camento. Ela está fora das duas instituições, esperando que o impasse se resolva", afirma.

O psiquiatra Guaraci Barbosa, médico da clínica Santa Maria, avalia que caso a questão não se resolva o quadro clínico da paciente pode se agravar. "Se a família busca a rede pública é porque não tem mais condições de tratar em casa. O quadro clínico pode piorar muito, porque o direito à saúde está sendo negado graças a desorganização do sistema público de saúde. Se o SUS não tem condições encaminha para a rede privada, mas é necessário que alguém faça esse encaminhamento". O psiquiatra relembra a tragédia do Planalto, ocorrida em janeiro do ano passado, quando um

paciente após ser liberado do João Machado por falta de vaga, ateuo fogo na casa e matando a família.

O médico explica que o sistema de regulação de vagas é de competência da Sesap, que está informada quanto a disponibilidade da clínica. No entanto, ressalta que a situação da carência de médicos no HPJM se arrasta há longos anos. O cenário, segundo a presidente do Sindsaúde Sônia Godeiro, é resultado de uma política premeditada pelo governo de abandono aos doentes mentais. "É um problema antigo, agudo e grave, mas que foi avisado. Assim como proposto pelo CRM, na última audiência, somos de acordo com a interdição. A solução é política de incen-

tivo salarial, convocação de concurso público e melhorias nas condições de trabalho", aponta a sindicalista.

Procurada por telefone, a diretora Janecy Dantas, informou a reportagem do JH Primeira Edição que desconhecia a falta de plantonista "uma vez que a escala estava fechada a partir de ontem, com a contratação de três dos sete médicos nomeados". O problema, segundo ela, deve ter motivo na falta de vagas e não de médicos, mas por está fora da instituição não poderia dar mais detalhes sobre o plano, previsão e prazos de transferências. A médica orientou buscar informações junto a recepção do Pronto-socorro, mas a reportagem não obteve êxito.

... tem hoje uma superpopulação de doentes

PRÉSIDENTE  
**Geraldo**

**José Rosendo • Perpétua  
Reginaldo • Sônia Barreto**

## **Nós acreditamos na força do cooperativismo**

*Votar na chapa Nova Unimed é votar em quem acredita no cooperativismo. Nossa luta é para ampliar as conquistas e conseguir cada vez mais condições de trabalho dignas e remuneração justa para nossos cooperados. Vote numa nova Unimed.*



**Nova  
Unimed**



**Feita por você**

[www.novaunimed.com.br](http://www.novaunimed.com.br)

O cooperativismo  
é legítimo.

Uma vitória  
da população.

“

Depois de muita luta, com trabalho e união, conseguimos uma grande vitória. A volta dos contratos das cooperativas médicas com o poder público representa uma vitória não só da classe médica, mas de toda a população, que vinha sofrendo com a falta de atendimento.

Essa vitória é pra nós da Coopmed um grande estímulo para continuar a luta por melhores condições de trabalho para os profissionais e melhor assistência médica para a população.

”

*Dr. Geraldo Ferreira Filho*  
*Dr. Alvaro Roberto Barros Costa*  
*Dr. Luis Eduardo B. de Mello*



**[ CAOS NO SUS ]** Cooperativas vão receber R\$ 1,4 milhão mensais do governo do Estado e da prefeitura para atender pacientes do SUS

# Mutirão de médicos deve acabar filas de cirurgias em 15 dias

Anestesiologistas, pediatras e profissionais de outras especialidades vão realizar um mutirão para reduzir as filas de cirurgias do SUS, hoje com 343 pacientes de ortopedia somente no Hospital Walfredo Gurgel. O

anúncio foi feito pelos representantes de cooperativas médicas após assinatura de contratos temporários com o governo do Estado e Prefeitura do Natal. As cooperativas vão receber R\$ 1,47 milhão mensais. Durante a

solenidade, a governadora Wilma de Faria informou ter assinado o Termo de Ajustamento de Conduta proposto pelo Ministério Público. A prefeita Mícarla disse ser necessária uma discussão mais aprofundada sobre algumas cláusulas. **[ PÁGINA 13 ]**

## TRIBUTOS

### Arrecadação de royalties cai 26% em janeiro

Levantamento da Agência Nacional do Petróleo aponta queda de 26% na arrecadação de royalties do petróleo pelas prefeituras. **[ PÁGINA 7 ]**

## OPINIÃO PÚBLICA

### Popularidade de Lula se iguala à de Juscelino e Vargas

A popularidade do presidente Lula da Silva chegou a 84%, se igualando à de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. **[ PÁGINA 5 ]**

**1 SAÚDE |** Na Liga Norte Rio-Grandense conta o Câncer estão sendo feitas cerca de 20 cirurgias por dia e outras 45 estão agendadas até amanhã. No Hospital Várzea Santiago, 16 das 300 cirurgias que estavam na fila foram cirurgiadas

# Cirurgias reduzem fila de espera

**CIAM/INFORMA**  
Reportagem

Após uma longa espera, os pacientes que precisavam realizar cirurgias pela rede pública de saúde estão diminuindo. Na Liga Norte Rio-Grandense conta o Câncer estão sendo feitas cerca de 20 cirurgias por dia e outras 45 estão agendadas até amanhã. No Hospital Várzea Santiago, 16 das 300 cirurgias que estavam na fila foram cirurgiadas. Até a manhã de ontem, a Central de Regulação de Leitos do Município contabilizou cerca de 100 pacientes aguardando cirurgia para se realizarem em unidades de saúde. Mas informações que foram repassadas aos pacientes dizem que a maioria dos pacientes já fez a cirurgia porque geralmente eles não esperam mais de 24 horas para a realização do procedimento. E o tempo para a realização da cirurgia pode variar de 15 dias a 30 dias, dependendo da urgência e da disponibilidade de leitos. Mas os cirurgiões todos concordam em resolver essa situação, tanto que se cirurgias serão feitas até ao final de semana.

**MINISTRO PÚBLICO**  
As Promotorias da Saúde, Eliane Cardoso e Lara Trindade, estão elaborando um documento que será entregue à Prefeitura Municipal de Natal. O documento trata da criação de um sistema de controle de leitos para a realização de cirurgias. O sistema prevê a realização de cirurgias em unidades de saúde que não possuem leitos disponíveis para a realização de cirurgias. O sistema também prevê a realização de cirurgias em unidades de saúde que não possuem leitos disponíveis para a realização de cirurgias. O sistema também prevê a realização de cirurgias em unidades de saúde que não possuem leitos disponíveis para a realização de cirurgias.

Questionada sobre a dificuldade de transportar os pacientes até os hospitais convencionais, a unidade afirmou que o objetivo é garantir a segurança dos pacientes durante o transporte. "Não é momento de termos reclamações difíceis no transporte dos pacientes. Ainda não estamos com nenhuma dificuldade, os pacientes que estão com os exames pré-operatórios pronteados desde dezembro de ano passado estão sendo encaminhados para o Hospital para ser realizados todos os exames porque o médico vai avaliar se precisa fazer mais exames. Se não for necessário, o paciente vai para a cirurgia", disse o diretor administrativo do Hospital. A unidade afirmou que o objetivo é garantir a segurança dos pacientes durante o transporte. "Não é momento de termos reclamações difíceis no transporte dos pacientes. Ainda não estamos com nenhuma dificuldade, os pacientes que estão com os exames pré-operatórios pronteados desde dezembro de ano passado estão sendo encaminhados para o Hospital para ser realizados todos os exames porque o médico vai avaliar se precisa fazer mais exames. Se não for necessário, o paciente vai para a cirurgia", disse o diretor administrativo do Hospital.



Liga Norte Rio-Grandense tem 45 cirurgias agendadas até amanhã

## Secretário reúne dirigentes das Unidades de Saúde

O secretário municipal de Saúde, Leônidas, reuniu na manhã de ontem os dirigentes das unidades de saúde de Maracajá, Guaiaras, Sertão, Celeste e Mercedulândia para estabelecer um cronograma de trabalho visando a realização das cirurgias. O secretário também participou da reunião com os dirigentes das unidades de saúde para discutir a situação atual e as providências necessárias para que possam voltar a funcionar normalmente. Fala de equipamentos, saúde de pessoal, espaço físico inadequado para realização das cirurgias foram alguns dos pontos levantados.

Aprecia já anunciou que vai realizar mais 1 milhão de reais de investimentos em equipamentos e materiais para melhorar a qualidade dos serviços de saúde. Durante a reunião, os dirigentes

**SÓ AQUI VOCÊ LEVA SEMINOVOS COM O NOSSO PADRÃO DE QUALIDADE EM REVISÃO**

## SEMINOVOS SEM DOR DE CABEÇA É NA AUTOBRAZ

**CORDILIA XE11.5 4P**  
02/03 - Branco - 01H/ARVETE  
R\$ 26.900,00

**UNO M FIRE 4P**  
05/06 - Preto - VETCAL  
R\$ 19.400,00

**UNO M FIRE 2P**  
05/06 - Preto - Branco  
R\$ 18.800,00

**MELHORES TAXAS • PREÇOS IMBATÍVEIS • TRANSPARENCIA GRÁTIS**

VEÍCULO	ANO/MODELO	COR	COMBUSTÍVEL	OPÇÕES	PREÇO R\$
PALIO WK HX1.8 4P	04/05	PRATA	Flex	01H, 2H, 3H, 4H	27.800
PALIO WK HX1.8 4P	05/06	CINZA	Flex	01H, 2H, 3H, 4H	28.490
PALIO FIRE FLEX 1.0 4P	06/07	PRATA	Flex	01H, 2H, 3H, 4H	25.900
SIENA HX1.8 4P	04/05	PRATA	Flex	01H, 2H, 3H, 4H	26.800
SIENA HX1.8 4P	06/07	BRANCA	Flex	01H, 2H, 3H, 4H	28.700
SIENA HX1.8 4P	04/05	CINZA	Gasolina	01H, 2H, 3H, 4H	25.800
SIENA 1.4 TERMINEL 4P	07/07	PRATA	Terminel	01H, 2H, 3H, 4H	32.900
UNO M FIRE 1.0 2P	05/06	AZUL	Gasolina	2H	20.800
UNO M FIRE 1.0 2P	05/06	CINZA	Flex	2H	18.700
CORBA SD MAXX 1.8 4P	06/06	BRANCA	Flex	01H, 2H	26.490
CORBA SD MAXX 1.8 4P	02/03	PRATA	Gasolina	01H, 2H, 3H, 4H	26.500
CORBA SD MAXX 1.8 4P	04/05	PRETA	Gasolina	01H, 2H, 3H, 4H	23.800
PALIO HX1.8 FLEX 1.8 4P	03/04	DOURADO	Gasolina	01H, 2H, 3H, 4H	28.900
HONDA ADV 1.8 4P	06/07	VERMELHA	Flex	01H, 2H, 3H, 4H	43.800
PALIO WK ADV 1.8 4P	05/06	VERMELHA	Flex	01H, 2H, 3H, 4H	30.900
SIENA FIRE 1.8 4P	04/05	AZUL	Flex	01H, 2H, 3H, 4H	29.800
FESTA SD 1.6 4P	05/05	BRANCA	Flex	01H, 2H, 3H, 4H	27.800

**Autobraz**  
Melhor pra você. Sempre.

**4006.5000**  
www.autobraz.com.br

**FINV**

# Conselhos querem impedir que Natal continue gerenciando recursos do SUS

DEMISSÕES DOS MÉDICOS DA REDE ESTADUAL NÃO SÃO COMBINADAS, SEGUNDO O SINDICATO DA CATEGORIA

TACIANA CARRETTI  
REPORTER

Os conselhos municipal, estadual e nacional de Saúde decidiram que vão solicitar o descredenciamento do município de Natal da gestão dos recursos financeiros disponibilizados para o Sistema Único de Saúde (SUS). Com isso, a Prefeitura deixará de administrar o dinheiro da Saúde para a cidade. A decisão foi tomada depois que os contratos com as cooperativas médicas foram renovados, na última terça-feira, pela prefeita Mícarla de Sousa, com a intervenção da governadora Wilma de Faria. "A Prefeitura sequer consultou o Conselho Municipal de Saúde para agir assim e um gestor deve respeitar a opinião do conselho, porque o órgão representa a sociedade civil", explica o presidente do Conselho Estadual de Saúde (CES), Canindé Santos.

A solicitação vai ser encaminhada na semana que vem, por meio do Conselho Nacional de Saúde (CNS), para o Ministério da Saúde, em Brasília, e o processo deve levar de 60 a 90 dias para ter algum desfecho. De acordo com o presidente do CNS, Francisco Júnior, exemplifica que há possibilidade de ocorrer na capital potiguar o mesmo que aconteceu no município de Itabuna, na Bahia, que deixou de gerir os recursos da Saúde, há dois meses. "Os municípios que estão gerindo mal seus recursos devem passar pelo controle social. Isso é uma ação estruturante de longo prazo", argumenta Júnior, enfatizando que a participação do Estado ainda será avaliada juridicamente.



Conselhos reclamam que a Prefeitura não os consultou para renovar contratos com as cooperativas

Horácio Durães



Horácio Durães

Segundo as cooperativas, mais de 100 procedimentos já foram realizados desde a terça-feira

Sempre contrários ao que chamam de "privatização do SUS", os conselhos repudiam a complementação dos serviços públicos de Saúde por meio de cooperativas da classe médica. "Daqui a seis meses, o problema volta. Natal e os municípios vizinhos precisam de um concurso público urgente. Precisamos de iniciativas que solucionem os problemas em longo e médio prazo", relata Canindé, destacando que os Planos Plurianuais (PPAs) das cidades devem garantir ações neste sentido.

As entidades médicas também reuniram a imprensa, na manhã de hoje, para revelar um balanço das cirurgias programadas dos últimos dias, na rede privada conveniada ao SUS. Desde a assinatura dos contratos, 54 procedimentos, 50 cirurgias e 18 cateterismos foram realizados

nas unidades hospitalares Natal Center, Incor e Hospital do Coração - na especialidade de cardiologia -, Memorial, Itom e Médico Cirúrgico - em ortopedia - e Liga Norte-rio-grandense contra o Câncer e Varela Santiago - em oncologia. Até o próximo sábado, 48 cirurgias estão agendadas na Liga e, nesta quinta-feira, devem ocorrer cinco no Varela Santiago. A expectativa é de que, até o fim do mês, o número de procedimentos feitos seja expressivo diante da fila acumulada ao longo de janeiro. Os médicos informam que os pacientes devem procurar as centrais de regulação do Município e do Estado, localizadas, respectivamente, no Centro Clínico da Ribeira e no Walfredo Gurgel, para que sejam encaminhados para as cirurgias. "É preciso informar à população sobre isso, porque os hospitais e os médicos estão

aguardando a demanda para corrigir as filas", diz o presidente da Associação Médica do RN, Alvaro Barros.

## DEMISSÕES NÃO SÃO ORQUESTRADAS, DIZEM AS ENTIDADES

Os pedidos sistemáticos de demissões dos médicos para a rede pública de Saúde, que começaram na semana passada com os anestesiologistas do hospital Santa Catarina, não são ações "orquestradas" ou antiéticas, segundo as entidades médicas. Para o representante da presidência do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte (Cremern), Neuman Macedo, não é possível cobrar um posicionamento ético de profissionais que solicitam o desligamento do vínculo da maneira prevista em lei.

"Eles não estão abandonando o serviço, mas pedindo demissão, como manda a lei. Trabalhar sem condições adequadas é que pode resultar em problemas éticos", observa. Ele conta que a entidade recebe cerca de 12 denúncias, por mês, contra a conduta dos profissionais e que 160 processos estão tramitando neste ano.

Para o presidente do Sindicato dos Médicos do RN (Sinmed), Geraldo Ferreira, a rede própria do Estado está sofrendo um desmanche e a abertura de um diálogo entre as entidades médicas e o poder público é fundamental para reordenar o funcionamento do sistema. "Vamos agendar uma audiência com a governadora Wilma para discutir a política da Saúde no Rio Grande do Norte, que não pode permanecer como está", adianta Geraldo. Até o

momento, segundo ele, cinco anestesistas e seis ortopedistas - que acabaram de assumir seus cargos, após a aprovação do concurso - se desligaram da rede pública. "Os colegas reclamam da carga do trabalho, do salário baixo e da insalubridade", conta o ortopedista do hospital Walfredo Gurgel, Rogério Nobre.

Os médicos alegam que o salário inicial de R\$ 2.100 para 40 horas é muito distante dos honorários recebidos pela rede privada, seja por planos de saúde ou atendimento particular. Com salário inicial de R\$ 520, pago pela Prefeitura, os ortopedistas também se articulam para deixar o serviço do Município. A renovação dos contratos com as cooperativas não prevê o encaminhamento dos profissionais para a rede pública, segundo exigência do Ministério Público Estadual.